

## EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2022

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, com sede na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, torna pública a realização de licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo **MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE**, em conformidade com o que dispõem a Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e alterações; Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações; Lei Municipal n.º 5.285, de 29 de novembro de 1999 e alterações; Decreto Municipal n.º 18.364, de 29 de agosto de 2016; Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, e outras legislações pertinentes à matéria, as regras e condições estabelecidas neste Edital e anexos que o integram.

O Edital poderá ser obtido no site [www.samaecaxias.com.br](http://www.samaecaxias.com.br) ou na Gerência de Licitações, Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, Centro, 2º andar, Caxias do Sul – RS, no horário de expediente.

As despesas respectivas correrão por conta da dotação orçamentária, consignada no presente exercício financeiro, sob os códigos 03.05 – SSA – 17.512.010.1.165 – 4.4.90.52.99.01.00.00, 03.05 – SSA – 17.512.010.1.165 – 4.4.90.52.04.00.00.00 e, do próximo, a consignar.

Data da sessão: **30 de maio de 2022**

Horário: **09 horas**

Local: Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, térreo, Centro, em Caxias do Sul – RS.

### 1. DO OBJETO

Aquisição de equipamentos para os laboratórios físico-químicos e microbiológico da Seção de Controle de Qualidade e para as Estações de Tratamento de Água do SAMAE, em Caxias do Sul – RS, conforme Termo de Referência – Anexo VIII.

### 2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

2.1.1. A comprovação do ramo de atividade será feita através do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial (Requerimento de Empresário), Certificado de Registro Cadastral (CRC) ou CNPJ, na fase de habilitação, conforme subitem 10.5 deste Edital.

2.2. Será concedido tratamento diferenciado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, nos limites previstos na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

### 3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para exercer o direito de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença do representante credenciado da proponente em todas as sessões públicas referentes ao Pregão. A proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro e equipe, diretamente, por meio de seu representante legal ou através de procurador regularmente constituído, que, após identificado e credenciado, será o único representante admitido a intervir no procedimento licitatório, nos interesses da representada.

3.1.1. Decairão todos os direitos da proponente que devem ser exercidos pessoalmente, tais como apresentar lances, inclusive quanto ao benefício de empate ficto previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, esclarecer dúvidas e omissões da proposta, manifestar intenção de recurso, entre outros, caso a proponente não enviar representante com credenciamento válido no momento da sessão pública e/ou dela se ausentar a qualquer momento.

3.1.2. Os documentos de credenciamento apresentados, em original ou cópia autenticada, não serão devolvidos e deverão ser apresentados no início da sessão pública de Pregão, fora dos envelopes de preços e da documentação de habilitação.

3.1.3. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa e deverá estar munido de documento de identidade e CPF.

I. Os documentos de identidade, que não expressarem data de validade, devem ter, preferencialmente, sua data de emissão inferior a 10 anos, do ano em curso.

3.2. O credenciamento do Representante Legal da proponente será efetuado da seguinte forma:

3.2.1. Se representada diretamente por meio de dirigente, proprietário, sócio, sócio-gerente, diretor ou assemelhado, deverá apresentar, em cópia autenticada, um dos seguintes documentos:

- I. estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
- II. documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;
- III. inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;
- IV. documento que conste expressamente os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, bem como para praticar todos os demais

atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

V. registro comercial (requerimento de empresário).

3.2.2. Se representada por procurador, deverá apresentar:

- I. **termo de credenciamento** (conforme modelo do Anexo I), original, outorgado pelos responsáveis legais da empresa, comprovando a existência de poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame; a comprovação far-se-á por meio da apresentação de cópia autenticada do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial (requerimento de empresário), **ou**
- II. **instrumento público de procuração**, original ou cópia autenticada, que conceda ao representante poderes legais, **ou**
- III. **instrumento particular de procuração**, original ou cópia autenticada, com firma do outorgante reconhecida, nos termos do art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e dos representantes com poderes de outorga, qualificação completa do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lances em licitação pública.

3.2.2.1. Em todos os casos (I, II e III), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como responsável legal da empresa.

3.2.2.2. Deverá ser observado o disposto no subitem 16.1.8, para comprovação da(s) assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) da proponente.

3.2.2.3. Tanto na credencial, como no Instrumento de Procuração (Público ou Particular), deverão constar, expressamente, os poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao presente certame, inclusive interpor recursos e desistir de recursos em todas as fases do certame.

3.2.3. **Declaração de Habilitação e Idoneidade**, conforme modelo do Anexo II, deste Edital, sob pena de não aceitação da proposta pelo Pregoeiro. Deverá ser observado, para comprovação do responsável legal da proponente, o disposto nos subitens 3.2 e 16.1.8, deste Edital.

3.2.4. Comprovação, em atendimento ao subitem 2.2, devendo apresentar, **fora do envelope**, no momento do credenciamento, **somente** para a proponente que pretende utilizar os benefícios previstos nos artigos 42 a 45, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações:

- I. **certidão expedida pela Junta Comercial ou Certidão do Cartório de Títulos ou Documentos de Registros de Pessoas Jurídicas**, em se tratando de Microempresa – ME

ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, OU o **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI)**, em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, em cópia autenticada ou emitida via internet;

E

II. **declaração** de enquadramento, como:

- a) **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, conforme modelo do Anexo III, assinada pelo responsável legal da proponente e por contador ou técnico em contabilidade da empresa. A declaração deverá conter o número de inscrição do profissional no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, ou
- b) **Microempreendedor Individual**, conforme modelo do Anexo IV, assinada pelo responsável legal da proponente.

3.2.4.1. Ambos os documentos (certidão e declaração) deverão apresentar, preferencialmente, a mesma condição de enquadramento.

3.2.4.2. Deverá ser observado o disposto no subitem 16.1.8, para comprovação da(s) assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) da proponente.

3.2.4.3. Não sendo possível a consulta da autenticidade dos documentos emitidos pela Internet, não será concedido o tratamento diferenciado instituído pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

3.2.4.4. Tais documentos não possuem caráter habilitatório.

3.3. O Pregoeiro, em atendimento à Instrução Normativa n.º 1634/2016, da Secretaria da Receita Federal, efetuará consulta no endereço eletrônico [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br), para fins de emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ) da proponente e do QSA (Quadro de Sócios e Administradores).

3.4. O Pregoeiro, em atendimento à Instrução Normativa n.º 006/2017, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMA E, efetuará consulta de licitantes penalizadas, no Portal da Transparência (CEIS e CNEP) e no site da Prefeitura do Município de Caxias do Sul, observando-se a abrangência do impedimento da participação.

3.4.1. Também será feita consulta aos licitantes penalizados junto à CELIC – Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul, observando-se a abrangência do impedimento da participação.

3.4.2. Constatado o impedimento em licitar, e sua respectiva abrangência, o credenciamento não será aceito.

3.5. Todos os documentos mencionados deverão ser apresentados juntamente com o credenciamento, sob pena de não aceitação da proposta.

3.6. Serão aceitas certidões emitidas via internet e documentos com assinatura digital, desde que, em tais documentos, conste a verificação da autenticidade nos respectivos sites.

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1. Para participação no certame, a proponente, além de atender às demais disposições deste instrumento, deverá apresentar sua Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e identificados, conforme segue:

PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2022  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E  
**ENVELOPE N.º 01 – PROPOSTA DE PREÇOS**  
ABERTURA:  
NOME DA PROPONENTE

PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2022  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E  
**ENVELOPE N.º 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
ABERTURA:  
NOME DA PROPONENTE

#### 5. DO ENVIO DOS ENVELOPES VIA POSTAL OU POR TERCEIROS

5.1. Será admitido o encaminhamento dos envelopes antecipadamente, via postal ou por terceiros, mediante recebimento na Gerência de Licitações do SAMA E, desde que entregues de segunda a sexta-feira, em dias úteis, até a data e o horário estabelecidos para a sessão pública de abertura dos envelopes de proposta e documentação.

5.1.1. Nessa hipótese, os dois envelopes (Proposta de Preços e Documentos de Habilitação), devidamente identificados nas condições referidas no item 4 e a documentação mencionada no subitem 5.2, deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente ao(à) Pregoeiro(a), com a seguinte identificação:

AO(À) PREGOEIRO(A)  
(NOME DA PROPONENTE)  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2022  
SESSÃO DE ABERTURA EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, ÀS 9H

5.1.2. A Gerência de Licitações do SAMAE está localizada na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, 2º andar, Bairro Centro, CEP 95020-170, Caxias do Sul – RS.

5.1.3. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta, ficando o SAMAE isento de qualquer responsabilidade sobre seu não recebimento.

5.2. A **Declaração de Habilitação e de Idoneidade**, exigida no subitem 3.2.3, e **os documentos que comprovam a condição de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI**, para a situação mencionada no subitem 2.2 e em conformidade com o subitem 3.2.4, deste Edital, deverão ser remetidos em envelope separado, identificado como os demais envelopes, acompanhados de cópia autenticada do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial (Requerimento de Empresário), conforme subitem 3.2.1, deste Edital, observando-se, ainda, o disposto no subitem 16.1.8.

5.3. A ausência de representante implica desistência da prática de futuros atos pertinentes ao processo, inclusive de recurso.

5.3.1. No caso de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, a ausência de representante na sessão implicará perda do direito de preferência, conforme o estabelecido na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

5.4. A não apresentação da documentação, conforme disposto nesse item, implicará na recusa do credenciamento.

## 6. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1. Feito o credenciamento, conforme item 3, deste Edital, na presença das proponentes e demais presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro receberá os envelopes n.º 01 – PROPOSTA DE PREÇOS e n.º 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, iniciando pela abertura do Envelope n.º 01 e análise das propostas.

6.2. Após a abertura do primeiro envelope das propostas de preços, quando a sessão terá seu início, não será aceita a participação de nenhuma outra proponente, nem permitidos acréscimos, complementos, adendos ou qualquer alteração ao conteúdo dos envelopes, exceto dos preços, na fase de lances verbais.

## 7. DA PROPOSTA – ENVELOPE N.º 01

A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope lacrado, não transparente e devidamente identificado, em 1 (uma) via, original ou cópia autenticada, conforme subitem

16.1, deste Edital, devendo ser preenchida por meio mecânico, datada e assinada pelo responsável legal pela proponente. Deverá apresentar, também, a razão social, o número do CNPJ-MF da proponente e o nome completo de seu signatário e deverá conter:

7.1. **A proposta de preços**, conforme Anexo V, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, datada e assinada pelo responsável legal pela proponente, observando-se, ainda, o disposto no subitem 16.1.8.

7.1.1. Poderá ser usado formulário próprio para preenchimento da proposta, desde que nele constem todas as informações que compõem o Anexo V – Proposta de Preços, sob pena de desclassificação.

7.2. **O valor global do lote**, ou seja, a soma da multiplicação da quantidade do item pelo seu respectivo preço unitário, conforme a unidade mencionada no Anexo V – Proposta de Preços, expresso em reais, com 2 (duas) casas decimais, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

7.2.1. Se existir discrepância entre o valor numérico e o valor por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso.

7.2.2. O preço proposto será considerado completo e suficiente para o fornecimento do objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação por parte da proponente vencedora.

7.3. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, não sendo permitido seu reajuste, exceto em decorrência de mudanças que venham a ocorrer na legislação, neles estando incluídos todos os tributos (impostos e taxas), o frete (CIF), descarga e armazenamento, em local indicado, conforme disposto no subitem 8.1.1.

7.4. **Marca e modelo**, para todos os itens que compõem o lote.

- I. No momento da entrega, não será aceito equipamento de marca/modelo diferente do constante da proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente, desde que atendidas as seguintes condições:
  - a) o pedido de substituição de marca/modelo deverá ser protocolado no SAMA E, nos moldes do subitem 16.6, antes de findo o prazo de entrega, acompanhado de comprovação da impossibilidade de entregar a marca/modelo previamente informada, bem como a indicação da nova marca/modelo;
  - b) a nova marca/modelo deverá ser de qualidade igual ou superior à informada inicialmente e atender a todas as exigências do Edital;
  - c) o preço ofertado não será alterado, caso seja aceita a alteração de marca/modelo.
- II. Não é admitido informar mais de uma marca/modelo para o mesmo item.

**7.5. Catálogos técnicos ou prospectos**, todos os itens que compõem o lote, que comprovem que equipamento ofertado atende às características técnicas constantes no Termo de Referência – Anexo VIII.

7.5.1. Os catálogos técnicos ou prospectos deverão:

- I. ser, preferencialmente, coloridos;
- II. estar, preferencialmente, em língua portuguesa ou traduzidos para a língua portuguesa;
- III. conter a logomarca do fabricante, o corte esquemático ou a indicação de suas principais partes e a foto dos produtos;
- IV. apresentar a descrição das características técnicas dos produtos, comprovando o atendimento do constante no Termo de Referência – Anexo VIII;

7.5.2. Serão aceitas fichas técnicas de produtos, quando forem em complemento às informações contidas nos catálogos técnicos ou prospectos.

7.5.3. Não serão considerados desenhos técnicos para efeito de atendimento ao subitem 7.5.

7.5.4. Serão aceitos catálogos técnicos ou prospectos emitidos via internet, desde que possível sua conferência no site do fabricante.

7.5.5. Caso a(s) proponente(s) opte(m) por ofertar, nos itens mencionados no subitem 7.5, equipamentos da mesma marca e modelo, quando sugeridos pelo SAMA E como referência, em cada item, ficará dispensada da apresentação catálogos técnicos ou prospectos desses itens.

7.5.6. Se, na data da abertura da licitação, o fabricante da marca informada tiver alterado o código/referência e/ou linha do modelo informado, divergindo do mencionado no Anexo V – Proposta de Preços, ou se o modelo tiver sido retirado de linha, será igualmente aceito, desde que sejam apresentados catálogos técnicos ou prospectos, conforme subitem 7.5, do modelo que o substituiu, onde se possa comprovar que as características técnicas sejam iguais ou superiores às exigidas na especificação técnica do item.

7.6. É obrigatória a cotação de todos os itens que integram o(s) lote(s), sob pena de desclassificação.

7.7. A ausência de documentos ou de informações aqui solicitadas, bem como a falta de preenchimento dos dados que compõem os Anexos deste Edital, ensejam desclassificação da proposta.

## 8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. O local de entrega dos materiais será na Seção de Almoxarifado do SAMA E, situada na Rua Jacinto Madalosso, nº. 211, Bairro Pio X, em Caxias do Sul – RS, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda-feira a sexta-feira. Caso a proponente vencedora queira agendar a entrega, deverá entrar em contato pelos e-mails



[mtodero@samaecaxias.com.br](mailto:mtodero@samaecaxias.com.br) e [rzortea@samaecaxias.com.br](mailto:rzortea@samaecaxias.com.br) ou telefone (54) 32208600, ramal 227, Gerência de Suprimentos.

8.1.1. Além da entrega dos equipamentos no local designado pelo SAMA E, a proponente vencedora deverá, também, descarregar e armazenar os materiais no local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda, pelos eventuais danos causados, não podendo ser cobrado qualquer valor adicional a esse título.

8.1.2. Será avaliado o acondicionamento do objeto, no momento da entrega. Dessa forma, embalagens violadas, itens manchados, sujos, enferrujados, danificados ou com aparência duvidosa, não serão aceitos.

8.1.3. O local para realização da calibração RBC (qualificação térmica) in loco será na Seção de Controle de Qualidade do SAMA E, situada na Rua Nestor Moreira, n.º 719, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, em Caxias do Sul –RS, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira.

8.2. O prazo máximo de entrega será de 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho.

8.2.1. O objeto deverá ser segregado por item e entregue, quando aplicável, em sua embalagem original, rotulada pelo fabricante, contendo, no mínimo, a identificação do objeto, a marca, o código de barras impresso na embalagem e a capacidade de empilhamento.

8.3. Os equipamentos entregues deverão obedecer ao Termo de Referência – Anexo VIII, e, em caso de comprovadas desconformidades, fica a proponente vencedora responsável pela sua substituição.

8.3.1. O SAMA E reserva-se o direito de recusar os equipamentos que não estiverem de acordo com o solicitado e as despesas decorrentes correrão às expensas da proponente vencedora, sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento, quando da entrega definitiva.

8.3.2. Os bens serão recebidos:

- I. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência – Anexo VIII e na proposta comercial;
- II. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência – Anexo VIII e na proposta comercial, e sua consequente aceitação, que dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório.

8.3.3. A área responsável pelo recebimento ou pela solicitação do equipamento formalizará o seu recebimento definitivo na própria nota fiscal, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data de entrega do objeto.

8.3.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.3.3.2. A Administração rejeitará no todo ou em parte, a entrega do objeto em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8.3.4. A proponente vencedora deverá efetuar no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, a substituição do equipamento rejeitado, se esse apresentar defeito de fabricação ou divergências relativas às especificações constantes, independentemente da quantidade rejeitada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.

8.4. O pagamento da Nota Fiscal, conferida e liberada pelo fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento da sua execução, será efetuado no 15º (décimo quinto) dia útil, contados da sua apresentação. Se, no décimo quinto dia útil, não houver expediente na Autarquia, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

8.4.1. A nota fiscal contendo, no mínimo, o número do contrato, deverá ser entregue na Seção de Almoxarifado do SAMA E.

8.4.2. Para fins de pagamento, deverão ser informados, na Nota Fiscal, os dados bancários, contendo o nome e o número do banco, da agência e da conta corrente em nome da pessoa jurídica vencedora do certame. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

8.4.3. Sob pena de suspensão, o pagamento está condicionado à apresentação de cópia dos documentos abaixo relacionados, juntamente com a Nota Fiscal.

- I. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal;
- II. Certidão de Situação Fiscal, expedida pela Receita Estadual do domicílio da empresa, e
- III. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio da empresa.

8.4.4. Os documentos exigidos no subitem anterior, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

8.4.5 A qualquer tempo o SAMA E poderá solicitar outros documentos, além dos mencionados no subitem 8.4.3.

8.5. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura dos envelopes.

8.6. A garantia dos itens deverá ser de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de recebimento definitivo no SAMA E.

8.6.1. A garantia do objeto deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o uso.

8.6.2. Durante o período da garantia, o SAMA E não efetuará nenhum tipo de pagamento à proponente vencedora a título de deslocamento de pessoal, equipamentos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, peças, fretes de peças, mão de obra e outros.

8.6.3. A garantia não abrange as substituições de peças ou componentes danificados por dolo, imperícia ou mau uso do objeto por parte do SAMA E.

8.6.4. A proponente vencedora garantirá que o funcionamento do objeto é o descrito na sua proposta de preços, catálogo e/ou prospecto técnico apresentado.

8.6.5. A proponente vencedora deverá fornecer, durante o período de garantia, o suporte técnico necessário ao perfeito uso do objeto.

8.6.6. A proponente vencedora deverá indicar os locais autorizados à prestação de assistência técnica, preferencialmente no Estado do Rio Grande do Sul.

8.6.6.1. A assistência técnica deverá enviar relatório do conserto dos equipamentos quando realizado.

8.7. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste Edital.

8.9. É vedado o consórcio entre empresas.

8.9.1. Admitir-se-á, tão somente, a subcontratação dos serviços de calibração RBC, rastreável à RBC ou qualificação térmica dos equipamentos.

8.9.2. Perante o SAMA E, a responsável pelos serviços subcontratados sempre será a proponente vencedora.

## 9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas, verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, a proponente da oferta de menor valor total do lote e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, participarão da fase de lances, verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

9.2. Não havendo, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 9.1, serão chamadas as proponentes das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), para oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços constantes das propostas escritas.

9.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas para apresentar lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

9.4. No caso de duas ou mais propostas escritas apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem de oferta de lances. Em não havendo lances verbais, o Pregoeiro analisará a viabilidade de aceitação das propostas e, entendendo serem os preços cotados aceitáveis, procederá ao sorteio para a definição da proposta vencedora.

9.5 A oferta dos lances será feita na ordem decrescente dos preços, no momento em que for conferida a palavra à proponente.

9.6. É vedada a oferta de lance objetivando o empate.

9.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se, a proponente desistente, às penalidades constantes do artigo 7º, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações e do item 13, deste Edital – Das Sanções Administrativas.

9.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará exclusão da proponente da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado por ela, para efeito da classificação final das propostas.

9.9. Caso não ocorram lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço total do lote e o valor estimado para a aquisição, podendo, o Pregoeiro, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.

9.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as proponentes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11. Às proponentes proclamadas no lote, conforme subitem 9.1, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, sucessivos, de valores distintos e decrescentes em relação à proposta de menor preço.

9.12. Caso as propostas apresentadas por Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedores Individuais – MEI sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta detentora do melhor lance ou valor negociado, será assegurada preferência de contratação, respeitando o seguinte:

- I. a Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance ou valor negociado, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- II. não ocorrendo a contratação da Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, na forma do subitem anterior, serão

convocadas as proponentes remanescentes, que porventura, se enquadrem na hipótese desta condição, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito;

- III. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedores Individuais – MEI que se encontrem nos intervalos estabelecidos nesta condição, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- IV. a Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a solicitação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;
- V. na hipótese da não contratação nos termos previstos nesta condição, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- VI. o disposto nesta condição somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI.

9.13. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de menor valor do lote, comparando-o com os valores consignados em Planilha de Orçamento Estimado e/ou valor de mercado, decidindo, motivadamente, a respeito.

9.13.1. No julgamento das propostas, considerar-se-á o atendimento das exigências estipuladas neste Edital e seus Anexos e o **menor valor total do lote**, desde que compatível com os praticados no mercado. Caso os preços estejam em desconformidade com os valores de mercado, a proponente deverá readequá-los, sob pena de desclassificação da proposta.

9.13.2. Sendo aceita a proposta de menor preço do lote, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da proponente que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

9.14. As preferências de que trata o subitem 9.12, instituídas pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, não se aplicarão ao presente pregão se dele participarem apenas Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedores Individuais – MEI, indistintamente. Também não se aplicarão os termos da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, na fase de disputa de lances, se, a partir dela, participarem apenas MEs, EPPs e MEIs indistintamente.

9.15. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital e a legislação em vigor.

## 10. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE N.º 02

A documentação deverá ser apresentada em envelope lacrado, não transparente e devidamente identificado, em 1 (uma) via, original ou cópia autenticada, conforme subitem

16.1, deste Edital. Os documentos devem ser apresentados sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas.

Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes à matriz **OU** à filial (razão social e CNPJ) da empresa que se habilita para este certame licitatório, exceto o disposto no subitem 10.1, “I”, deste Edital. Entretanto, serão aceitos, para efeito de habilitação, documentos emitidos em nome da matriz e válidos para todas as filiais, desde que tal condição esteja expressa.

10.1. Os documentos a serem apresentados, obrigatoriamente, são:

- I. **certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, em vigor. As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter data de expedição não superior a 30 (trinta) dias da data de abertura deste pregão (entende-se como sede da pessoa jurídica a matriz do estabelecimento);
- II. prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei (artigo 29, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e artigo 27, da Lei Federal nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e alterações), em vigor na data de abertura da licitação;
  - a) caso o documento apresentado esteja com validade vencida e a consulta de regularidade efetuada na internet retorne com a informação de “empresa regular perante o FGTS”, o documento será igualmente aceito.
- III. prova de regularidade com a Fazenda Federal, devendo ser apresentada a **Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária**, administrados pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor na data da abertura da licitação;
- IV. **prova de regularidade com a Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede da empresa, em vigor na data da abertura da licitação;
- V. **prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Mobiliário)**, do município expedidor da sede da empresa, em vigor na data de abertura da licitação (serão aceitas certidões (gerais) que englobem a totalidade dos tributos em um único documento);
- VI. **certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**, em vigor na data da abertura da licitação;
- VII. **declaração da Proponente**, em atendimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999 e alterações), nos

moldes do Anexo VI, deste Edital, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos. No caso de empregar menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, assinalar na declaração, e deverá ser observado o disposto no subitem 16.1.8.

VIII. **atestado(s)**, original ou cópia autenticada, conforme art. 30, parágrafo 4º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, fornecido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove(m) ter a proponente fornecido equipamentos de laboratório equivalentes ao objeto desta licitação:

- a) não é obrigatório atestar o fornecimento dos equipamentos em um único atestado, podendo, a proponente, apresentar atestados distintos;
- b) os atestados devem ser emitidos em papel timbrado, contendo a logomarca do emitente; ainda, deverão conter: nome e CNPJ da pessoa jurídica emitente, nome e CNPJ da pessoa jurídica beneficiada, dados específicos do objeto e nome e título da pessoa física responsável pela emissão do atestado, além de sua assinatura.

IX. **declaração**, assinada pelo responsável legal da proponente, caso opte por subcontratar os serviços de calibração RBC, rastreável a RBC ou qualificação térmica dos equipamentos. No momento da assinatura do contrato, a empresa subcontratada deverá apresentar declaração comprometendo-se a entregar os equipamentos conforme o Termo de Referência – Anexo VIII e demais partes integrantes do processo licitatório.

10.2. Os documentos fiscais e trabalhistas, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias. Serão aceitas, igualmente, certidões positivas com efeitos de negativa, desde que a informação esteja expressa no documento.

10.3. Todos os documentos serão aceitos em original, cópia autenticada, conforme disposto no subitem 16.1, ou emitidos via internet, mediante confirmação, nos respectivos sites oficiais.

10.4. As licitantes portadoras do CRC (Certificado de Registro Cadastral), expedido pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMA E, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, em vigor, poderão utilizá-lo, em substituição aos documentos referidos no subitem 10.1, incisos I a VII, desde que esses constem no CRC com validade vigente.

10.4.1. No caso de haver algum documento com o prazo de validade expirado, a proponente deverá apresentar, em substituição, o documento em vigor, em original, cópia autenticada ou emitida via Internet, mediante confirmação, no ato de abertura, nos sites oficiais.

10.4.2. O CRC é de uso facultativo; contudo, as proponentes que desejarem obtê-lo ou renová-lo, deverão providenciar o cadastramento até o 3º dia útil anterior à data do recebimento das propostas deste certame, conforme previsto na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

10.4.3. A relação dos documentos necessários para obtenção do CRC encontra-se disponível em <http://www.samaecaxias.com.br/Pagina/Index/8>.

10.4.4. Não será emitido o CRC (Certificado de Registro Cadastral) para a proponente que apresentar reprovação econômico-financeira.

10.5. Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem, além de toda a documentação exigida, o ramo pertinente ao objeto desta licitação no seu objeto social/ramo de atividade, comprovado através do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial (Requerimento de Empresário, para Empresário Individual), CRC ou CNPJ.

10.6. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, excetuando-se o disposto no subitem 10.7, na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, no caso de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.

10.7. Conforme o disposto no parágrafo 1º, do artigo 43 e parágrafo 2º, artigo 18-E, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, no caso de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI será aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis, **contados do momento em que for declarada vencedora**, tendo sua habilitação condicionada à regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito.

10.7.1. O prazo citado poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do SAMAE, desde que seja requerido pela licitante durante o transcurso do respectivo prazo.

10.7.2. O benefício não eximirá a proponente de apresentar, na sessão pública, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, ainda que possuam alguma restrição.

10.7.3. A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital.

## 11. DA ADJUDICAÇÃO

11.1. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, submetendo, às demais proponentes, a proposta e os documentos de habilitação da vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na preclusão desse direito.



11.2. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, inclusive o contido nos subitens 10.5 e 10.6, por parte da proponente que ofertou o menor preço total do lote, essa será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto desta licitação, na própria sessão pública, caso não haja interposição de recurso, encaminhando o processo para homologação da autoridade competente. Na existência de recurso e sendo estes decididos, o Diretor-Presidente fará a adjudicação. No caso previsto no subitem 10.7, a adjudicação ficará condicionada à comprovação da regularização fiscal e trabalhista e, se for o caso, análise de eventual recurso interposto.

11.3. Em caso de desatendimento às exigências de habilitação, o Pregoeiro inabilitará a proponente e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das demais, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo essa declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar, tentando obter melhor preço.

11.4. A proponente a que for adjudicado o objeto do presente certame, ficará obrigada a apresentar, em até 03 (três) dias úteis, os valores unitários de sua proposta para os e-mails [contadoria@samaecaxias.com.br](mailto:contadoria@samaecaxias.com.br) e [compras@samaecaxias.com.br](mailto:compras@samaecaxias.com.br), em formato XLSX desprotegido (MS Excel), conforme modelo disponibilizado nos Atos do Edital, no portal do SAMA E.

11.4.1. Para fins de homologação e empenho, o preço do lote poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação para menos, resultante da necessidade de serem obtidos valores unitários com até duas casas decimais, sendo que serão desconsideradas todas as casas decimais posteriores à segunda.

11.4.2. As Notas Fiscais Eletrônicas deverão ser encaminhadas para o e-mail [contabilidade@samaecaxias.com.br](mailto:contabilidade@samaecaxias.com.br).

## 12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. À proponente que manifestar, motivadamente, na sessão, intenção de recorrer, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por escrito, contados do dia subsequente à realização do Pregão.

12.2. As demais proponentes, já intimadas na sessão, terão o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após o término do prazo da recorrente, para apresentarem as contrarrazões.

12.3. A manifestação de interpor recurso na sessão pública, acompanhada da motivação, são pressupostos de admissibilidade do recurso.

12.3.1. A falta de manifestação imediata e motivada da proponente, na sessão, importará decadência do direito de recurso e a adjudicação do item da licitação ao vencedor.

12.4. As razões e as contrarrazões do recurso, por escrito, deverão ser protocolizadas ao Sr. Diretor-Presidente do SAMA E, conforme disposições do subitem 16.6, sob pena de não admissibilidade.

12.5. Os recursos administrativos de licitações serão disponibilizados no portal do SAMA E, após protocolo, assim como as contrarrazões das proponentes e decisões da Autarquia, permanecendo os autos do processo com vista franqueada aos interessados, no endereço constante no Edital da licitação.

12.6. Quando da intenção de recorrer, o licitante será informado, na própria sessão, com registro em Ata, sobre os procedimentos e datas, ficando, as demais proponentes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem suas contrarrazões, pelo mesmo sistema, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.7. Nos recursos, serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos: a regularidade formal (assinatura, juntada de procuração) e a tempestividade (tempo hábil para a interposição do recurso), entre outros.

12.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.9. Julgados os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o objeto será adjudicado e homologado, à proponente vencedora, pelo Sr. Diretor-Presidente do SAMA E.

### 13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

À proponente vencedora deste certame, que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e os prazos estabelecidos no Edital, em Contrato ou na legislação atinente à execução do objeto, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções a seguir estabelecidas, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, dentre outras:

13.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA, em razão de reiteração de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

13.2. MULTA, quando descumpridos os prazos e as condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pela fiscalização designada, nos seguintes termos:

- I. pelo atraso injustificado no início, na execução e/ou na conclusão do objeto, ou parte deste, o SAMA E aplicará multa de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata dia, sobre o valor

correspondente ao objeto não entregue/executado nos prazos previstos neste Edital. Sobre o valor da multa incidirão juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculados pró-rata dia:

- a) após o período de 90 (noventa) dias de atraso, será considerada rescindida a contratação, sendo aplicada a multa especificada no inciso anterior, independente das penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, na Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações e no Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017.
- II. pelo inadimplemento total ou parcial do objeto, iniciado o transcurso do prazo de entrega ou não, à proponente vencedora serão aplicadas as penalidades descritas no inciso I, até a data da formalização, pelo SAMA E e/ou proponente vencedora, da desistência do fornecimento, tomando-se como período inicial, para cálculo da multa, a data da contratação; e, poderá, também, ser imputada à proponente vencedora a pena prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;
- III. pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, após o prazo estipulado pela fiscalização do SAMA E para adequação, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida e poderá ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à proponente vencedora a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;
- IV. pela não regularização de inconformidades, no prazo estipulado pelo SAMA E, por parte da proponente vencedora, poderá ser aplicada advertência e/ou multa na razão de 2% (dois por cento), sobre o valor total da proposta e, poderá, também, ser imputada à proponente vencedora a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;
- V. pelo descumprimento de qualquer outra obrigação convencionada no presente instrumento, inclusive recusa injustificada em assinar o contrato e/ou da apresentação de qualquer documentação solicitada, em especial a mencionada nos subitem 15.6, deste Edital, o SAMA E aplicará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do objeto contratado, ou sobre o valor total da proposta, no caso de recusa em assinar o contrato (artigo 81, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações), devidamente atualizado à data da sanção, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos, podendo, também, ser imputada a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;
- VI. pela subcontratação de serviços, será aplicada multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato e, no caso de reincidência, será cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses.

13.3. Quando da reincidência em irregularidades notificadas pelo SAMA E, sem a pronta adequação, será aplicada a multa correspondente à infração cometida, conforme subitens anteriores, acrescida de 50% (cinquenta por cento) de seu valor, podendo, ainda, ser cancelada

a nota de empenho, rescindido o contrato e, sem prejuízo da aplicação de demais penalidades cabíveis, ficará sujeita a proponente vencedora à aplicação do previsto no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses.

13.4. Nos termos do artigo 7º, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, a proponente, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar pelo prazo de até 05 (cinco) anos impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Cadastro de Fornecedores do SAMAE e do Município de Caxias do Sul, dentre outros, além do registro no CEIS – Cadastro de Pessoas Inidôneas e Suspensas e CNEP – Cadastro Nacional das Empresas Punidas, nos casos de:

- I. apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- II. retardamento na execução do objeto;
- III. não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- IV. comportamento inidôneo;
- V. cometimento de fraude fiscal, ou
- VI. fraude ou falha na execução do Contrato.

13.5. Em quaisquer das situações apontadas anteriormente, poderá, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato.

13.6. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação de multa.

13.7. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções cabíveis.

13.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13.9. Será assegurado à proponente vencedora o direito à ampla defesa e ao contraditório, previamente à aplicação das penalidades.

13.10. As multas e o seu pagamento não eximirão a proponente de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

13.11. O valor correspondente a qualquer multa aplicada poderá ser descontado da garantia contratual apresentada, caso houver, ou dos créditos decorrentes do contrato, ou, ainda, ser cobrada pelos meios cabíveis.

13.12. Na aplicação das penalidades previstas, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da proponente ou contratada, garantindo o direito de defesa e o contraditório, podendo deixar de aplicá-las, se acolhidas as justificativas.

13.13. As penalidades aplicadas à proponente serão registradas no Cadastro de Fornecedores do SAMAE e, no caso de suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, encaminhadas para registro nos cadastros da Administração Direta e Indireta do Município de Caxias do Sul – RS, além do registro no CEIS – Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP – Cadastro Nacional das Empresas Punidas.

13.14. Após a concessão do contraditório e da ampla defesa, as penalidades terão efeitos jurídicos com a publicação na imprensa oficial do Município, exceto as penalidades de advertência e multa, que terão efeitos com a comunicação formal diretamente à proponente vencedora.

#### 14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

14.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, as licitantes interessadas poderão solicitar, por escrito, esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

14.1.1. As solicitações de **esclarecimentos e providências** poderão ser realizadas por forma eletrônica, pelo e-mail [pregoeiros@samaecaxias.com.br](mailto:pregoeiros@samaecaxias.com.br) ou protocolizada, conforme disposições do subitem 16.6. Independentemente, se por meio eletrônico ou protocolizadas, as solicitações deverão ser encaminhadas até, no máximo, as 16h do dia do encerramento do prazo.

14.1.2. As solicitações de **impugnações** deverão ser realizadas por petição protocolizada, conforme disposições do subitem 16.6.

14.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

14.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se a situação ensejar alteração de data.

14.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro acompanharão os autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

14.6. Nas impugnações, serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos: a regularidade formal (assinatura, juntada de procuração) e a tempestividade (tempo hábil para a impugnação), entre outros.

## 15. CONTRATO

Transcorrido o prazo recursal, nos termos do art. 109, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, a proponente vencedora será convocada pelo SAMA E, por escrito, para, num prazo de 10 (dez) dias corridos, assinar o instrumento contratual.

15.1. No caso de a proponente vencedora se recusar a assinar o contrato, será convocada a segunda classificada e intimadas as demais participantes da fase de lances para que, em sessão pública, seja examinada a última oferta válida e verificada a aceitabilidade da proposta, procedendo-se à habilitação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

15.2. Na hipótese do subitem anterior, o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

15.3. A assinatura do Contrato será realizada na Superintendência de Orçamento, Finanças e Licitações do SAMA E, na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, 1º andar, Caxias do Sul – RS, com imediato encaminhamento à publicação.

15.4. A minuta do contrato é parte integrante do Pregão e o acompanha em cumprimento ao art. 40, parágrafo 2º, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, cujo objetivo é informar à proponente os termos em que será firmada a contratação.

15.5. A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMA E, na pessoa da servidora Eliara de Almeida Silva Aver, que será responsável por comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção. A gestão do contrato competirá ao servidor Adriano Bolesina, Superintendente dos Serviços de Abastecimento de Água do SAMA E.

15.5.1. A fiscalização de que trata o subitem anterior será exercida no interesse do SAMA E.

15.5.2. A fiscalização realizada pelo SAMA E não exclui, nem reduz, a responsabilidade da proponente vencedora pela execução dos serviços.

15.5.3. Qualquer fiscalização exercida pelo SAMA E, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela execução do contrato e não exime a proponente vencedora de suas obrigações e pela perfeita execução do objeto.

15.5.4. A fiscalização do SAMA E, em especial, terá o dever de verificar a qualidade dos objetos a serem entregues e dos serviços realizados, observando a garantia mínima estipulada, podendo exigir a sua substituição quando não atender os termos do que foi proposto e contratado, sem que assista à proponente vencedora qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.

15.5.5. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela proponente vencedora, sem qualquer ônus para o SAMA E.

15.5.6. Os trabalhos que vierem a ser impugnados pela fiscalização deverão ser refeitos, correndo todas as despesas por conta única e exclusiva da proponente vencedora.

15.6. Para a assinatura do contrato, a proponente vencedora, caso opte pela subcontratação deverá apresentar, em nome da subcontratada, declaração de comprometimento quanto aos serviços subcontratados, conforme o Termo de Referência – Anexo VIII e demais partes integrantes do processo licitatório.

## 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial, autenticados digitalmente, assinados digitalmente ou emitidos via Internet.

16.1.1. Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade por meio de consulta realizada na sessão.

16.1.2. Os documentos autenticados digitalmente e os documentos assinados digitalmente estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade por meio de consulta realizada na sessão.

16.1.3. Os documentos assinados digitalmente, que não contiverem código para verificação de sua autenticidade pela internet, deverão ser apresentados em cópia simples, acompanhada do documento digital (original), para efetivação da conferência da assinatura digital.

16.1.4. Os documentos apresentados, em original ou cópia autenticada, não serão devolvidos.

16.1.5. A autenticação de documentos e o reconhecimento de firma, feitos pelo SAMA E, deverão ser solicitados até, no máximo, meia hora antes da abertura da licitação. Caso a proponente não autentique os documentos ou reconheça firma junto ao SAMA E até o prazo mencionado, deverá fazê-lo por outro meio.

16.1.6. Todos os documentos deverão ser apresentados, se possível, em folha tamanho A4.

16.1.7. Não será aceito protocolo ou requerimento de pedido de emissão de documentos.

16.1.8. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar os documentos (termo de credenciamento, procuração, declarações e outros), a falta de qualquer uma das assinaturas invalida o(s) documento(s) para a finalidade aqui proposta.

16.1.9. Não será permitida a realização de fotografias dos documentos apresentados na sessão pública. A interessada em obter cópia dos documentos da licitação, deverá peticionar e protocolar, no horário das 9h às 16h, em dias úteis, na loja de atendimento do SAMAE ou através do serviço de atendimento via WhatsApp, observadas as disposições dos subitens 16.6.1 a 16.6.4.

16.2. Uma vez iniciada a sessão, que se dá pela abertura do primeiro envelope das propostas de preço, não serão admitidas à licitação participantes retardatárias, nem permitidos adendos ou alterações aos documentos apresentados.

16.3. Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, os envelopes lacrados e, devidamente, rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes presentes, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, sendo exibidos às licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

16.3.1. Nesse caso, o Pregoeiro designará nova data para a continuidade dos trabalhos, ficando intimadas, no mesmo ato, as proponentes presentes.

16.4. Não serão aceitos documentação, propostas, impugnações ou pedidos de esclarecimentos enviados por fac-símile e/ou apresentados em papel térmico do tipo usado em aparelhos de fac-símile.

16.5. Não serão aceitos documentação, propostas, impugnações ou recursos administrativos enviados por correio eletrônico (e-mail).

16.6. Os recursos administrativos e as impugnações devem ser encaminhados, por petição protocolizada, dentro dos prazos previstos na legislação vigente, no horário das 9h às 16h, em dias úteis, na loja de atendimento do SAMAE ou através do serviço de atendimento via WhatsApp.

16.6.1. Quando utilizado o serviço de protocolo na loja de atendimento do SAMAE, os documentos deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

16.6.2. Quando utilizado o serviço de atendimento via WhatsApp, os documentos anexados deverão apresentar autenticação digital ou assinatura digital, com possibilidade de conferência da autenticidade e da veracidade dos documentos, sob pena de não admissibilidade.

16.6.3 A loja de atendimento do SAMAE situa-se na Rua Pinheiro Machado, n.º 1631, Bairro Centro – Caxias do Sul/RS.

16.6.4. O serviço de atendimento via WhatsApp é efetuado através do n.º (54) 99180-0893, vinculado à opção 5 – Atendimento Comercial.



16.6.5. O SAMA E não se responsabiliza por quaisquer falhas técnicas que possam ocorrer no envio dos pedidos realizados de forma eletrônica (e-mail, WhatsApp, etc.).

16.7. Não será concedido prazo para apresentação de documentos e propostas exigidos no Edital e não apresentados na sessão de abertura, salvo o disposto no artigo 48, parágrafo 3.º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e no artigo 43, parágrafo 1.º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

16.8. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das proponentes classificadas para a fase de lances e das proponentes sem representante presente na sessão permanecerão em poder do Pregoeiro durante o prazo de validade das propostas. Se não forem retirados em até 30 (trinta) dias após aquele prazo, serão inutilizados.

16.8.1. Os envelopes das proponentes que não atenderem às condições de participação ao certame e das proponentes sem representante presente na sessão permanecerão em poder do Pregoeiro. Se não forem retirados em até 30 (trinta) dias após a data de abertura da sessão, serão inutilizados.

16.9. Todos os documentos serão colocados à disposição dos presentes para livre exame e rubrica.

16.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.10.1. O SAMA E poderá aceitar, total ou parcialmente, qualquer proposta ou a todas rejeitar, sem que caiba à proponente direito à indenização.

16.11. Da sessão pública do pregão, será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das proponentes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e da manifestação da intenção de interpor recurso, com a devida motivação. A ata será assinada pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes credenciados

16.12. Somente terão direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas as proponentes ou seu representante credenciado, o Pregoeiro e a equipe de apoio.

16.13. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou de informação que deveria constar no ato da sessão pública, ressalvada a previsão do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

16.14. A apresentação da proposta pela proponente implica aceitação deste Edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura, a proponente for declarada vencedora, o cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

16.15. Serão consideradas como inexistentes quaisquer condições trazidas pela proponente, alheias às discriminadas por este Edital.

16.16. O não cumprimento de qualquer item deste Edital implicará a inabilitação da proponente e/ou desclassificação da proposta.

16.17. Os Anexos deverão ser devidamente preenchidos ou, se emitidos pela proponente, contendo todos os dados constantes dos modelos fornecidos pelo SAMAE, perfeitamente legíveis, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, datados e assinados, sob pena de inabilitação ou desclassificação.

16.18. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste Edital.

16.19. A homologação desta licitação é de competência do Diretor-Presidente do SAMAE.

16.20. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente a justificar tal conduta, devendo, se for o caso, anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de terceiro; mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.21. Servidores Municipais, assim considerados aqueles do artigo 84, “caput” e parágrafo 1.º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, estão impedidos de participar deste certame licitatório, (tanto como membros da diretoria da empresa ou como do quadro de funcionários), por determinação do artigo 9.º, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, tendo em vista a vedação expressa de contratar com o Município, contida no artigo 22, da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul, bem como artigo 242, incisos XXI a XXIV, do Estatuto dos Servidores do Município de Caxias do Sul.

16.22. O trâmite de todo o procedimento licitatório estará disponível no endereço eletrônico <http://www.samaecaxias.com.br/Edital>, juntamente com cópia digital, em formato PDF, dos documentos gerados no decorrer do certame, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante a obtenção ou consulta desses documentos.

16.23. O processo licitatório encontra-se à disposição dos interessados na Gerência de Licitações, localizada na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615 – Centro, em Caxias do Sul/RS, no horário de expediente.

16.24. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Modelo de Termo de Credenciamento;
- Anexo II – Modelo de Declaração de Habilitação e de Idoneidade;

- Anexo III – Modelo de Declaração de Enquadramento para ME e EPP;
- Anexo IV – Modelo de Declaração de Enquadramento para MEI;
- Anexo V – Proposta de Preços;
- Anexo VI – Modelo de Declaração que Não Emprega Menores e Conformidade com o Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999 e alterações);
- Anexo VII – Minuta de Contrato;
- Anexo VIII – Termo de Referência.

16.25. Informações por telefone, somente no horário de expediente, em dias úteis, ou pela Internet, pelo site [www.samaecaxias.com.br](http://www.samaecaxias.com.br), em Licitações:

- I. certificado de registro cadastral: (54) 32208687;
- II. editais: (54) 32208621, 32208630, 32208631, 32208687;
- III. comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações: [pregoeiros@samaecaxias.com.br](mailto:pregoeiros@samaecaxias.com.br);
- IV. gerência de licitações: [compras@samaecaxias.com.br](mailto:compras@samaecaxias.com.br).

Caxias do Sul, 22 de abril de 2022.

Verônica Delazzeri Todero,  
Agente Administrativo.

Lourenço Benetti Bonfá,  
Superintendente de  
Orçamento, Finanças e  
Licitações.

Eng.º Gilberto Meletti,  
Diretor-Presidente do SAMA E.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2022

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Prezado(s) Senhor(es):

Credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_, a participar da licitação promovida pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMA E, na modalidade Pregão Presencial, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para se pronunciar em nome da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, bem como formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao presente certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável Legal da Proponente.

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 16.1.8)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E IDONEIDADE

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, através de seu responsável legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, (cargo na empresa) \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, para  
fins de direito, **DECLARA**, expressamente, sob as penas da lei, que:

- I. cumpre os requisitos de habilitação, inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, e que **não foi declarada inidônea** para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas, nos termos do inciso IV, artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venham a alterar a atual situação da empresa, quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira;
- II. possui conhecimento de todas as informações contidas no Edital;
- III. a proposta atende integralmente aos requisitos constantes do Edital, e
- IV. atende a todas as exigências de **habilitação** contidas no referido Edital.

Por ser a expressão da verdade, firma o presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável Legal da Proponente.

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 16.1.8)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME OU EPP

\_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, por meio de seu Responsável Legal, e Contador ou Técnico em Contabilidade, **DECLARA**, expressamente, sob as penas da lei, que:

- I. encontra-se enquadrada, em atendimento à Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, como:  
(    ) microempresa, OU  
(    ) empresa de pequeno porte;
- II. não está enquadrada em nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;
- III. o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu ao limite fixado nos incisos I e II, do art. 3.º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, e
- IV. tem conhecimento dos artigos 42 a 49, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, estando ciente da obrigatoriedade de declarar posteriores impeditivas de tal habilitação, em cumprimento ao § 2º, artigo 32, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável Legal da Proponente.

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 16.1.8)

\_\_\_\_\_  
Nome completo, número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade e assinatura do contador ou técnico em contabilidade da empresa.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA MEI

\_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, por meio de seu Responsável Legal, **DECLARA**, sob as  
penas da lei, que:

- I. enquadra-se na situação de microempreendedor individual;
- II. o valor da receita bruta anual, no último exercício, não excedeu ao limite fixado no art. 18-A, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;
- III. não se enquadra em qualquer das hipóteses relacionadas no art. 18-A, § 4º, incisos I a IV, da mesma lei;
- IV. possui, no máximo, 1 (um) empregado e que este recebe exclusivamente 1 (um) salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional;
- V. exerce tão somente as atividades constantes do Anexo Único da Resolução CGSN n.º 78, de 13 de setembro de 2010.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Nome completo e assinatura do Responsável Legal da Proponente

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 16.1.8)

## PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2022

## PROPOSTA DE PREÇOS

LOTE 01				
ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UN
01	11865	<p>Estufa para cultura microbiológica refrigerada, com estrutura externa em inox ou chapa de aço revestida com pintura epóxi eletrostática; câmara interna e almofada da porta, em aço inox 430. Porta com sistema de vedação. Porta interna de vidro temperado para permitir visualização do interior da câmara. Com duas prateleiras internas, móveis e removíveis em chapa de aço perfurada. Deve possuir controlador de temperatura eletrônico microprocessado – PID, chave liga/desliga, fusível de segurança e luz interna se disponível.</p> <p>O equipamento deve ser fornecido com certificado de calibração (qualificação térmica), com selo RBC (Rede Brasileira de Calibração). As calibrações dos equipamentos deverão ser realizadas por laboratórios acreditados a RBC (acreditação junto ao INMETRO) ou com reconhecimento dos parâmetros junto à Rede Metrológica de acordo com a Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025 e orientações vigentes.</p> <p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Faixa de trabalho mínima: 20 a 60°C</li> <li>- Resolução do controle de temperatura: +/- 0,1°C</li> <li>- Precisão máxima admitida: +/- 0,5°C</li> <li>- Capacidade volumétrica da câmara: 50 a 81 litros.</li> <li>- Peso mínimo suportado pela prateleira: 20 kg</li> <li>- Tensão 220V ou bivolt</li> </ul> <p>Deve acompanhar o equipamento: manual de operação em português, cabos de energia necessários e certificado de calibração RBC.</p> <p>Calibração RBC: Deverão ser avaliadas estabilidade e uniformidade térmica, nos pontos 34,5°C; 35,0°C; 35,5°C e 57,5°C. Critério para aceitação da calibração: <math>ET =  E  + IM</math>, onde: ET = erro máximo admissível; IM = incerteza de medição; <math> E </math> = valor absoluto do erro de indicação dado por valor nominal – indicação do instrumento. Para 34,5; 35,0 e 35,5°C: ET máx calibração – 0,7°C em cada ponto; uniformidade – 0,6°C em cada ponto; estabilidade – 0,5°C em cada ponto. Para 57,5°C: ET máx calibração – 2°C; uniformidade –</p>	01	Unid.



		<p>1°C; estabilidade – 1°C. Agendar o serviço in loco com o setor assim que o produto for entregue.</p> <p>Marca/modelo de referência: estufa cultura microbiológica: Ethik (410-3D); Nova Instruments (modelo de 81L).</p> <p>Marca:</p> <p>Modelo:</p>		
02	11534	<p>Espectrofotômetro digital e microprocessado com varredura de comprimentos de onda na faixa do ultravioleta e visível, para realização de análises em amostras de água bruta e tratada dos seguintes parâmetros: alumínio, ferro, manganês, ortofosfatos, fósforo total, nitratos, nitritos, amônia e clorofila-a.</p> <p>O equipamento deve possuir possibilidade de gestão dos dados e bloqueio de funções, através da inserção de nome e senha do usuário, capacidade de memória para armazenar no mínimo 500 leituras e possibilidade de inserção de 100 curvas do usuário e possuir curvas pré inseridas para análise de parâmetros de águas e efluente (no mínimo os parâmetros citados acima, com exceção da metodologia para clorofila-a).</p> <p>O equipamento deve ser fornecido com certificado de calibração, com selo RBC (Rede Brasileira de Calibração). As calibrações dos equipamentos deverão ser realizadas por laboratórios acreditados a RBC (acreditação junto ao INMETRO) ou com reconhecimento dos parâmetros junto à Rede Metrológica de acordo com a Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025 e orientações vigentes.</p> <p>Fonte de luz: Lâmpada de xenônio ou deutério e tungstênio.</p> <p>Detector: Fotodiodo de silício.</p> <p>Largura da banda espectral: 0,5 a 2 nm.</p> <p>Descrição do comprimento de onda:</p> <p>Faixa mínima: 190 a 1000 nm.</p> <p>Precisão admitida: entre <math>\pm 1</math> nm.</p> <p>Repetibilidade máxima admitida: <math>\pm 0,3</math> nm.</p> <p>Descrição fotométrica:</p> <p>Faixa: - 2 A + 3 A.</p> <p>Precisão: entre <math>\pm 0,008</math> A.</p> <p>Interfaces: USB-A, USB-B e LAN ethernet, possibilidade de conexão com PC, sistema LIMS, impressora, teclado, leitor de códigos de barra. Transferência de dados com arquivo em .csv e/ou .pdf.</p> <p>Deve acompanhar o equipamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fonte bivolt (100 - 240 V / 50 - 60 Hz / 0.75 A) com cabo.</li> <li>- Manual do usuário, CD com o manual e métodos.</li> </ul>	01	Unid.

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conjunto de cubetas e, no mínimo, 2 cubetas extras de cada tanho possível de usar no equipamento.</li> <li>- Conjunto de padrões com certificado rastreável para verificação do equipamento em pelo menos 2 pontos de absorbância na faixa do visível.</li> <li>- Instalação e treinamento.</li> <li>- Um kit para determinação de cada um dos seguintes parâmetros: alumínio, ferro, manganês, ortofosfatos, fósforo total, nitratos, nitritos, amônia. O kit deve ser fornecido na menor faixa de uso existente para a marca e recomendado para determinação em água tratada.</li> </ul> <p>Calibração: Calibração acreditada RBC da escala de absorbância, na faixa de 400 a 900 nm, com, no mínimo, 5 pontos, sendo um destes pontos dentro da faixa de 800 a 900 nm e caminho óptico de 50 mm. Deverá ser realizado ajuste ou limpeza se o erro de medição em pelo menos um filtro for superior a  0,010  em absorbância. Calibração do comprimento de onda (<math>\lambda</math>), pelo menos nos pontos 445, 550, 525, 565; 690 e 820 nm. O certificado de calibração deverá conter os valores de indicação para cada ponto, bem como seus respectivos erros e incerteza expandida, juntamente com o fator de abrangência K. Marca/modelo de referência: Merck Prove 600. Marca: Modelo:</p>		
03	12001	<p>Banho Maria, com tampa de inox ou acrílica e suporte para proteção da resistência (se necessário), com dreno de água (preferencialmente). Com controlador eletrônico microprocessado de temperatura e sistema PID.</p> <p>O equipamento deve ser fornecido com certificado de calibração (qualificação térmica), com selo RBC (Rede Brasileira de Calibração). As calibrações dos equipamentos deverão ser realizadas por laboratórios acreditados a RBC (acreditação junto ao INMETRO) ou com reconhecimento dos parâmetros junto à Rede Metrológica de acordo com a Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025 e orientações vigentes.</p> <p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Faixa de trabalho mínima: temperatura ambiente + 7°C a 50°C</li> <li>- Resolução do controle de temperatura: +/- 0,2°C</li> <li>- Precisão máxima admitida: +/- 0,5°C</li> <li>- Capacidade volumétrica nominal: 8 a 12 litros</li> <li>- Capacidade volumétrica de trabalho da câmara: 1 a 4 litros.</li> </ul>	01	Unid.

		<p>- área útil da câmara (LxC): mínimo de 800 cm<sup>2</sup></p> <p>- Tensão 220V ou bivolt</p> <p>Deve acompanhar o equipamento: manual de operação em português, cabos de energia necessários e certificado de calibração RBC.</p> <p>Calibração RBC: Deverão ser avaliadas estabilidade e uniformidade térmica, nos pontos 35,5°C e 44,5°C com a capacidade volumétrica de trabalho da câmara indicada. Agendar o serviço in loco com o setor assim que o produto for entregue.</p> <p>Marca/modelo de referência: Thermo (TSGP10); Ethik (500-1TD).</p> <p>Marca:</p> <p>Modelo:</p>		
04	10923	<p>Destilador de água, tipo pilsen; rendimento de 2L/h; caldeira em aço inox; cúpula em vidro resistente e inerte ou em material quimicamente e mecanicamente resistentes; 220 volts; sistema automático de proteção que desliga o aparelho quando faltar água. Ou sistema superior de produção de água.</p> <p>Especificação: Destilador de água tipo Pilsen ou sistema superior, para produção de água com pureza abaixo de 4 µS, (considerando entrada até 300 µS), com caldeira em aço inox, coletor de vapores e partes que tem contato com a água já destilada, confeccionados em aço inox 304 e materiais inertes, com sistema automático de proteção que desliga o aparelho quando o sensor embutido detecta falta de água, com chave para ligar e desligar manualmente o aquecimento. Deve possuir cabo de força com dupla isolamento. Capacidade de produção de 10L/h. Tensão: 220V. Deve acompanhar o equipamento: manual de operação em português e cabos de energia necessários.</p> <p>Marca/modelo de referência: Quimis (Q341-210); Deleo (DL-DA10) ou tecnologia superior.</p> <p>Marca:</p> <p>Modelo:</p>	01	Unid.
05	12002	<p>Estufa de secagem com renovação/circulação de ar, com estrutura externa em inox ou chapa de aço revestida com pintura epóxi eletrostática; câmara interna e almofada da porta, em aço inox 430 ou pintura resistente a corrosão. Porta com sistema de vedação</p> <p>Com no mínimo uma prateleira interna, móvel e removível em chapa de aço perfurada. Deve possuir controlador de temperatura eletrônico microprocessado – PID, chave liga/desliga, fusível de segurança e luz interna se disponível.</p>	01	Unid.

		<p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Faixa de trabalho mínima: 40°C a 100°C</li> <li>- Resolução do controle de temperatura: +/- 0,5°C</li> <li>- Precisão admitida: +/- 2°C</li> <li>- Capacidade volumétrica da câmara: 70 a 85 litros.</li> <li>- Tensão 220V ou bivolt</li> </ul> <p>Deve acompanhar o equipamento: manual de operação em português, cabos de energia necessários.</p> <p>Marca/modelo de referência: Ethik (400-3TD 200°C); Quimis (Q317M-32); Deleo (Estufas para Secagem e Esterilização – INOX).</p> <p>Marca:</p> <p>Modelo:</p>		
06	11997	<p>Teste de jarros para sedimentação ou flotação, para no mínimo 3 provas, com controlador de rotação digital microprocessado, composto de sistema de saturação.</p> <p>Características: gabinete de chapa de aço carbono com tratamento anticorrosivo e acabamento com pintura eletrostática a pó; capacidade de no mínimo 3 provas simultaneamente; velocidade e de rotação de até no mínimo 600 rpm, Faixa mínima de gradientes de velocidade, 10 a 1200/s; Hastes em aço inox AISI 304; reguláveis para a altura desejada; Tensão de trabalho 220 V; recipientes para coleta de amostras com fundo plano, com capacidade volumétrica mínima de 50 mL cada; Jarros de acrílico incolor graduados com capacidade de 2000 ml com dispositivo para coletas de amostras; Dispositivo centralizador de jarros; Iluminação na parte inferior do equipamento embutida na base iluminando os jarros. Deve permitir a aplicação simultânea de no mínimo dois reagentes em cada jarro, com capacidade volumétrica de 50 mL para cada reagente, os quais deverão ser adicionados em frascos separados; Coleta simultânea de amostras de água decantada para diferentes velocidades de sedimentação; Coleta simultânea de amostras sobrenadantes; Impressão em local de fácil consulta da curva dos gradientes de velocidade em função da rotação dos agitadores (preferencialmente impresso no próprio aparelho). Deve acompanhar o equipamento a câmara de saturação e todos os dispositivos para ensaio de flotação, além do manual de instruções em língua portuguesa.</p> <p>Deve acompanhar os seguintes acessórios sobressalentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 3 (três) unidades de jarros;</li> <li>- 10 (dez) tubos de vidro com fundo abaulado;</li> </ul>	03	Unid.

		- 10 (dez) tubos de vidro com fundo plano para recolhimento de amostras; - 3 (três) Coletores, conexões e mangueiras. Marca/modelo de referência: Ethik (218-3 LDB ou 218-6 LDB – incluir Instrumento de Flotação com Câmara de Saturação); Milan (JTFM-S600/3 ou JTFM-S600/6). Marca: Modelo:		
07	7961	Balança determinadora de umidade com carga mínima de 45g. Sensibilidade de 0,001g e precisão no cálculo da umidade de 0,01%. Fonte de calor infravermelho gerada por resistência encapsulada em vidro ou halógena. Ajuste de temperatura até 180°C, com incremento de 1°C. Interface RS232. Display LCD. Com no mínimo dois programas de secagem, sendo um em que a amostra é secada até que não haja mais variação de peso e outro em que a amostra é secada utilizando-se até 3 períodos diferentes de temperatura / tempo. Faixa de umidade: 0-100%. Tensão de trabalho: 220 V. Deve acompanhar a balança uma impressora térmica com no mínimo 10 (dez) rolos de papel termosensível. Marca: Modelo:	01	Unid.
TOTAL GERAL DO LOTE (R\$):				
TOTAL GERAL DO LOTE POR EXTENSO:				

Obs.: Apresentar catálogos, conforme subitem 7.5, do Edital.

I. Identificação da Proponente:

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

Contato:

E-mail:

II. Identificação do Representante (se houver):

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

Contato:

E-mail:

III. Identificação do Responsável da Proponente, pela solução de problemas que porventura venham a ocorrer:

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

CPF (se pessoa física):

Fone:

Contato:

E-mail:

IV. Garantia dos Equipamentos

A garantia dos equipamentos será de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) meses. Este prazo não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) meses a contar do recebimento definitivo dos equipamentos pelo SAMAE.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Nome completo e assinatura do Responsável Legal da Proponente

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 16.1.8)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES E CONFORMIDADE COM O ART. 7º,  
INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, através de seu responsável legal, Sr.(a).  
\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_  
e do CPF n.º \_\_\_\_\_, **DECLARA** que  
não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem  
menores de 16 (dezesseis) anos, conforme disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição  
Federal (Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999 e alterações).

Ressalva (marque a opção): emprega menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de  
aprendiz:

( ) Sim

( ) Não

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Nome completo e assinatura do Responsável Legal da Proponente

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 16.1.8)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2022

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E \_\_\_\_\_, PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA OS LABORATÓRIOS FÍSICO-QUÍMICOS E MICROBIOLÓGICOS DO SAMA E, EM CAXIAS DO SUL – RS.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, com sede na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, \_\_\_\_\_, brasileiro, separado judicialmente, residente e domiciliado nesta cidade, adiante denominado simplesmente "SAMA E", inscrito no CNPJ sob o n.º 88.659.313/0001-05 e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por seu representante legal, Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_, abaixo assinada, adiante denominada simplesmente "CONTRATADA", celebram o presente contrato, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Dos Elementos Constitutivos, Do Amparo Legal e Da Dotação Orçamentária

O presente contrato é celebrado à vista do contido no processo administrativo n.º \_\_\_\_\_, que trata do Pregão Presencial n.º 034/2022, Termo de Referência, proposta da CONTRATADA e Empenho n.º \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022, atendendo à Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; à Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e alterações; à Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações; à Lei Municipal n.º 5.285, de 29 de novembro de 1999 e alterações; ao Decreto Municipal n.º 18.364, de 29 de agosto de 2016; ao Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, e demais legislações pertinentes à matéria, as regras e condições estabelecidas no Edital e seus anexos que o integram, sendo que as despesas decorrentes correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no presente exercício financeiro, sob os códigos 03.05 – SSA – 17.512.010.1.165 – 4.4.90.52.99.01.00.00, 03.05 – SSA – 17.512.010.1.165 – 4.4.90.52.04.00.00.00 e, do próximo, a consignar.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Objeto do Contrato

Aquisição de equipamentos para os laboratórios físico-químicos e microbiológico da Seção de Controle de Qualidade e para as Estações de Tratamento de Água do SAMA E, em Caxias do Sul – RS, conforme Termo de Referência - Anexo VIII, do Edital.



### CLÁUSULA TERCEIRA – Do Preço

O SMAE pagará à CONTRATADA o valor correspondente a R\$\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) pelo fornecimento do objeto descrito na cláusula anterior, conforme Termo de Referência – Anexo VIII, do Edital.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UN	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
------	---------------	--------	----	----------------------	-------------------------

§ 1º O preço contratado será considerado completo e suficiente para o fornecimento do objeto deste Contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação por parte CONTRATADA.

§ 2º O preço contratado é cotado em moeda corrente nacional, não sendo permitido seu reajuste, exceto em decorrência de mudanças que venham a ocorrer na legislação, neles estando incluídos todos os tributos (impostos e taxas), o frete (CIF), descarga e armazenamento, em local indicado, conforme disposto no subitem 8.1.1, do Edital de Licitação.

### CLÁUSULA QUARTA – Da Forma de Fornecimento, Do Local de Entrega, Da Quantidade e Da Descarga

§ 1º O local de entrega dos materiais será na Seção de Almoxarifado do SMAE, situada na Rua Jacinto Madalosso, nº. 211, Bairro Pio X, em Caxias do Sul – RS, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda-feira a sexta-feira. Caso a CONTRATADA queira agendar a entrega, deverá entrar em contato pelos e-mails [mtodero@samaecaxias.com.br](mailto:mtodero@samaecaxias.com.br) e [rzortea@samaecaxias.com.br](mailto:rzortea@samaecaxias.com.br) ou telefone (54) 32208600, ramal 227, Gerência de Suprimentos.

§ 2º O local para realização da calibração RBC (qualificação térmica) in loco será na Seção de Controle de Qualidade do SMAE, situada na Rua Nestor Moreira, n.º 719, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, em Caxias do Sul –RS, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira.

§ 3º A descarga do objeto deste Contrato será por conta da CONTRATADA.

- I. O armazenamento, em local indicado por servidor do SMAE, também é responsabilidade da CONTRATADA;
- II. Fica, também, responsável por eventuais danos causados, não podendo ser cobrado qualquer valor adicional a esse título.

§ 4º Será avaliado o acondicionamento do objeto, no momento da entrega. Dessa forma, embalagens violadas, itens manchados, sujos, enferrujados, danificados ou com aparência duvidosa, não serão aceitos.

§ 5º O prazo máximo de entrega será de 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho.

§ 6º O objeto deverá ser segregado por item e entregue, quando aplicável, em sua embalagem original, rotulada pelo fabricante, contendo, no mínimo, a identificação do objeto, a marca, o código de barras impresso na embalagem e a capacidade de empilhamento.

§ 7º Os equipamentos entregues deverão obedecer ao Termo de Referência – Anexo VIII, do Edital, e, em caso de comprovadas desconformidades, fica a CONTRATADA responsável pela sua substituição.

§ 8º O SAMA E reserva-se o direito de recusar os equipamentos que não estiverem de acordo com o solicitado e as despesas decorrentes correrão às expensas da CONTRATADA, sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento, quando da entrega definitiva.

§ 9º Os bens serão recebidos:

- I. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência – Anexo VIII, do Edital e na proposta comercial;
- II. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência – Anexo VIII, do Edital e na proposta comercial, e sua consequente aceitação, que dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório.

§ 10 A área responsável pelo recebimento ou pela solicitação do equipamento formalizará o seu recebimento definitivo na própria nota fiscal, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data de entrega do objeto.

§ 11 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

§ 12 A Administração rejeitará no todo ou em parte, a entrega do objeto em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

§ 13 A CONTRATADA deverá efetuar no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, a substituição do equipamento rejeitado, se esse apresentar defeito de fabricação ou divergências relativas às especificações constantes, independentemente da quantidade rejeitada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.

§ 14 Identificação do responsável da CONTRATADA pelos contatos e pela solução de problemas que porventura venham a ocorrer (nome, telefone e e-mail).

.....

§ 15 É vedado o consórcio entre empresas.

- I. Admitir-se-á, tão somente, a subcontratação dos serviços de calibração RBC, rastreável à RBC ou qualificação térmica dos equipamentos.
- II. Perante o SAMA E, a responsável pelos serviços subcontratados sempre será a proponente vencedora.

§ 16 Em atendimento ao subitem 15.6, do Edital, a CONTRATADA apresentou a seguinte documentação, em comprovação:

.....

#### CLÁUSULA QUINTA – Das Condições de Pagamento

O pagamento da Nota Fiscal, conferida e liberada pelo fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento da sua execução, será efetuado no 15º (décimo quinto) dia útil, contados da sua apresentação. Se, no décimo quinto dia útil, não houver expediente na Autarquia, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

§ 1º A nota fiscal contendo, no mínimo, o número do contrato, deverá ser entregue na Seção de Almoxarifado do SAMA E.

§ 2º Para fins de pagamento, deverão ser informados, na Nota Fiscal, os dados bancários, contendo o nome e o número do banco, da agência e da conta corrente em nome da CONTRATADA. A conta corrente deverá estar em nome da CONTRATADA. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

§ 3º Sob pena de suspensão, o pagamento está condicionado à apresentação de cópia dos documentos abaixo relacionados, juntamente com a Nota Fiscal.

- I. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal;
- II. Certidão de Situação Fiscal, expedida pela Receita Estadual do domicílio da empresa, e
- III. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio da empresa.

§ 4º Os documentos exigidos no parágrafo anterior, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 5º A qualquer tempo o SAMA E poderá solicitar outros documentos, além dos mencionados no § 3º.

#### CLÁUSULA SEXTA – Das Obrigações do CONTRATANTE

§ 1º Receber, fiscalizar, orientar, impugnar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto contratado.

§ 2º Receber o material. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações do CONTRATANTE, rejeitá-lo, no todo ou em parte.

§ 3º Efetuar o pagamento no prazo estabelecido na Cláusula Quinta do presente contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Obrigações da CONTRATADA

§ 1º Proceder à entrega, descarga e armazenamento dos equipamentos, nos prazos e locais fixados neste contrato.

§ 2º Arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, materiais, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os materiais, objeto deste contrato.

- I. Entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, materiais e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste contrato.

§ 3º Indenizar terceiros e ao contratante os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, em conformidade com o artigo 70, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

§ 4º Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado.

§ 5º Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

§ 6º Substituir os equipamentos avariados no prazo estabelecido neste contrato, ou, não sendo possível, indenizar o valor correspondente, acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer impugnação feita pelo contratante.

§ 7º Prestar informações sobre a utilização dos equipamentos.

§ 8º Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

§ 9º Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do material, bem como a observação às normas técnicas.

§ 10 Informar à fiscalização do contrato, durante sua vigência, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

§ 11 Informar ao SAMA E, por escrito, sob pena de não pagamento, quando for constatada a impossibilidade de executar o objeto contratado.

§ 12 Entregar, quando for o caso, juntamente com os itens, manual do usuário, com uma versão em português, e relação da rede de assistência técnica autorizada;

§ 13 Prestar informações e/ou treinamento sobre a utilização do objeto;

§ 14 Agendar com o setor responsável, quando for o caso, o serviço de calibração solicitado no Termo de Referência – Anexo VIII;

§ 15 Agendar com o setor responsável, quando for o caso, a entrega técnica (treinamento) dos equipamentos.

#### CLÁUSULA OITAVA – Das Sanções Administrativas

À CONTRATADA deste certame, que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e os prazos estabelecidos no Edital, em Contrato ou na legislação atinente à execução do objeto, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções a seguir estabelecidas, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, dentre outras:

§ 1º ADVERTÊNCIA ESCRITA, em razão de reiteração de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

§ 2º MULTA, quando descumpridos os prazos e as condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pela fiscalização designada, nos seguintes termos:

- I. pelo atraso injustificado no início, na execução e/ou na conclusão do objeto, ou parte deste, o SAMA E aplicará multa de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata dia, sobre o valor correspondente ao objeto não entregue/executado nos prazos previstos neste Edital. Sobre o valor da multa incidirão juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculados pró-rata dia;
  - a) Após o período de 90 (noventa) dias de atraso, será considerada rescindida a contratação, sendo aplicada a multa especificada no inciso anterior, independente das penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de

1993 e alterações, na Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações e no Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017.

- II. pelo inadimplemento total ou parcial do objeto, iniciado o transcurso do prazo de entrega ou não, à CONTRATADA serão aplicadas as penalidades descritas no inciso I, até a data da formalização, pelo SAMA E e/ou CONTRATADA, da desistência do fornecimento, tomando-se como período inicial, para cálculo da multa, a data da contratação; e, poderá, também, ser imputada à CONTRATADA a pena prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;
- III. pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, após o prazo estipulado pela fiscalização do SAMA E para adequação, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida e poderá ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à CONTRATADA a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;
- IV. pela não apresentação, não regularização no prazo estipulado pelo SAMA E e/ou apresentação em desconformidade, da documentação estipulada no Edital da Licitação e/ou no Contrato, por parte da CONTRATADA, poderá ser aplicada advertência e/ou multa na razão de 5% (cinco por cento), sobre o valor total da proposta e, poderá, também, ser imputada à CONTRATADA a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;
- V. pelo descumprimento de qualquer outra obrigação convencionada no presente instrumento, inclusive recusa injustificada em assinar o contrato e/ou da apresentação da documentação solicitada no subitem 15.6 Edital, o SAMA E aplicará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do objeto contratado, ou sobre o valor total da proposta, no caso de recusa em assinar o contrato (artigo 81, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações), devidamente atualizado à data da sanção, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos, podendo, também, ser imputada a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;
- VI. pela subcontratação de serviços, será aplicada multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato e, no caso de reincidência, será cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;

§ 3º Quando da reincidência em irregularidades notificadas pelo SAMA E, sem a pronta adequação, será aplicada a multa correspondente à infração cometida, conforme subitens anteriores, acrescida de 50% (cinquenta por cento) de seu valor, podendo, ainda, ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e, sem prejuízo da aplicação de demais penalidades cabíveis, ficará sujeita a CONTRATADA à aplicação do previsto no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses.

§ 4º Nos termos do artigo 7º, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, a CONTRATADA, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar pelo

prazo de até 05 (cinco) anos impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Cadastro de Fornecedores do SAMA E e do Município de Caxias do Sul, dentre outros, além do registro no CEIS – Cadastro de Pessoas Inidôneas e Suspensas e CNEP – Cadastro Nacional das Empresas Punidas, nos casos de:

- I. apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- II. retardamento na execução do objeto;
- III. não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- IV. comportamento inidôneo;
- V. cometimento de fraude fiscal, ou
- VI. fraude ou falha na execução do Contrato.

§ 5º Em quaisquer das situações apontadas anteriormente, poderá, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato.

§ 6º A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação de multa.

§ 7º A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções cabíveis.

§ 8º As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

§ 9º Será assegurado à CONTRATADA o direito à ampla defesa e ao contraditório, previamente à aplicação das penalidades.

§ 10 As multas e o seu pagamento não eximirão a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

§ 11 O valor correspondente a qualquer multa aplicada poderá ser descontado da garantia contratual apresentada, caso houver, ou dos créditos decorrentes do contrato, ou, ainda, ser cobrada pelos meios cabíveis.

§ 12 Na aplicação das penalidades previstas, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes CONTRATADA, garantindo o direito de defesa e o contraditório, podendo deixar de aplicá-las, se acolhidas as justificativas.

§ 13 As penalidades aplicadas à CONTRATADA serão registradas no Cadastro de Fornecedores do SAMA E e, no caso de suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, encaminhadas para registro nos cadastros da Administração Direta e Indireta do Município de Caxias do Sul – RS, além do registro no CEIS – Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP – Cadastro Nacional das Empresas Punidas.

§ 14 Após a concessão do contraditório e da ampla defesa, as penalidades terão efeitos jurídicos com a publicação na imprensa oficial do Município, exceto as penalidades de advertência e multa, que terão efeitos com a comunicação formal diretamente à CONTRATADA.

#### CLÁUSULA NONA – Da Garantia dos Equipamentos

§ 1º A garantia dos itens deverá ser de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de recebimento definitivo no SAMA E.

§ 2º A garantia do objeto deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o uso.

§ 3º Durante o período da garantia, o SAMA E não efetuará nenhum tipo de pagamento à CONTRATADA a título de deslocamento de pessoal, equipamentos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, peças, fretes de peças, mão de obra e outros.

§ 4º A garantia não abrange as substituições de peças ou componentes danificados por dolo, imperícia ou mau uso do objeto por parte do SAMA E.

§ 5º A CONTRATADA garantirá que o funcionamento do objeto é o descrito na sua proposta de preços, catálogo e/ou prospecto técnico apresentado.

§ 6º A CONTRATADA deverá fornecer, durante o período de garantia, o suporte técnico necessário ao perfeito uso do objeto.

§ 7º A CONTRATADA deverá indicar os locais autorizados à prestação de assistência técnica, preferencialmente no Estado do Rio Grande do Sul.

§ 8º A assistência técnica deverá enviar relatório do conserto dos equipamentos quando realizado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Da Fiscalização

§ 1º A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMA E, na pessoa da servidora Eliara de Almeida Silva Aver, que será responsável por comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção. A gestão do contrato competirá ao servidor Adriano Bolesina, Superintendente dos Serviços de Abastecimento de Água do SAMA E.

§ 2º A fiscalização de que trata esta cláusula será exercida no interesse do SAMA E.

§ 3º A fiscalização realizada pelo SAMA E não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA pela execução dos serviços.



§ 4º Qualquer fiscalização exercida pelo SAMA E, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela execução do contrato e não exime a CONTRATADA de suas obrigações pela fiscalização e perfeita execução do objeto.

§ 5º A fiscalização do SAMA E, em especial, terá o dever de verificar a qualidade dos objetos a serem entregues e dos serviços realizados, observando a garantia mínima estipulada, podendo exigir a sua substituição quando não atender os termos do que foi proposto e contratado, sem que assista à CONTRATADA qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.

§ 6º Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para o SAMA E.

§ 7º Os trabalhos que vierem a ser impugnados pela fiscalização deverão ser refeitos, correndo todas as despesas por conta única e exclusiva da CONTRATADA.

§ 8º Caberá, exclusivamente, à Fiscalização, julgar, rejeitar, aceitar, priorizar, retardar, interromper, definir, autorizar quaisquer serviços ou materiais que tenham envolvimento direto ou indireto na execução do objeto, tendo como balizador o estabelecido no Termo de Referência – Anexo VIII, do Edital.

§ 9º A CONTRATADA deverá submeter-se, unilateralmente, às exigências e instruções da Fiscalização e, por todos os meios, facilitar o amplo acesso da mesma aos serviços executados e materiais utilizados, atendendo-a prontamente no que lhe for solicitado

§ 10 A Fiscalização deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme disposto nos §§ 1º e 2º, do art. 67, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Vigência do Contrato

O presente contrato vigorará por um período de 30 (trinta) meses, a contar de sua publicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Rescisão do Contrato

Além dos motivos enumerados nos incisos e parágrafo único do art. 78, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, o contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, independente de procedimento judicial, nos casos de:

- I. não desenvolver os compromissos assumidos neste instrumento;
- II. reiteração de impugnação, evidenciando a incapacidade da CONTRATADA no cumprimento satisfatório do contrato;
- III. quaisquer das situações previstas na Cláusula Oitava deste instrumento;
- IV. quando ocorrerem razões de interesse público justificado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Dos Direitos do CONTRATANTE

A CONTRATADA, em caso de rescisão administrativa, reconhece todos os direitos do CONTRATANTE, consoante prevê o artigo 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Do Foro

As partes declaram ser o foro da Comarca de Caxias do Sul – RS, competente para dirimir dúvidas que, porventura, surjam na interpretação e execução deste contrato.

E, por estarem justos e contratados entre si, firmam o presente em (02) duas vias, de igual teor e forma, em presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Caxias do Sul,

Diretor-Presidente do SAMA E.

Contratada.

Testemunhas

1.

2.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2022

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos para os laboratórios físico-químico e microbiológico da Seção de Controle de Qualidade e para as Estações de Tratamento de Água do SMAE de Caxias do Sul.

1.2. Das Especificações e Das Quantidades

ITEM	CÓD. SMAE	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.
01	11865	<p>Estufa para cultura bacteriológica, conforme especificações.</p> <p>Estufa para cultura microbiológica refrigerada, com estrutura externa em inox ou chapa de aço revestida com pintura epóxi eletrostática; câmara interna e almofada da porta, em aço inox 430. Porta com sistema de vedação. Porta interna de vidro temperado para permitir visualização do interior da câmara. Com duas prateleiras internas, móveis e removíveis em chapa de aço perfurada. Deve possuir controlador de temperatura eletrônico microprocessado – PID, chave liga/desliga, fusível de segurança e luz interna se disponível.</p> <p>O equipamento deve ser fornecido com certificado de calibração (qualificação térmica), com selo RBC (Rede Brasileira de Calibração). As calibrações dos equipamentos deverão ser realizadas por laboratórios acreditados a RBC (acreditação junto ao INMETRO) ou com reconhecimento dos parâmetros junto à Rede Metrológica de acordo com a Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025 e orientações vigentes.</p> <p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Faixa de trabalho mínima: 20 a 60°C</li> <li>- Resolução do controle de temperatura: +/- 0,1°C</li> <li>- Precisão máxima admitida: +/- 0,5°C</li> <li>- Capacidade volumétrica da câmara: 50 a 81 litros.</li> <li>- Peso mínimo suportado pela prateleira: 20 kg</li> <li>- Tensão 220V ou bivolt</li> </ul> <p>Deve acompanhar o equipamento: manual de operação em português, cabos de energia necessários e certificado de calibração RBC.</p> <p>Calibração RBC: Deverão ser avaliadas estabilidade e uniformidade térmica, nos pontos 34,5°C; 35,0°C; 35,5°C e 57,5°C. Critério para aceitação da calibração: <math>ET =  E  + IM</math>, onde: ET = erro máximo admissível; IM = incerteza de medição;  E  = valor absoluto do erro de indicação dado por valor nominal – indicação do instrumento. Para 34,5; 35,0 e 35,5°C: ET máx calibração – 0,7°C em cada ponto; uniformidade – 0,6°C</p>	01	Un

		em cada ponto; estabilidade – 0,5°C em cada ponto. Para 57,5°C: ET máx calibração – 2°C; uniformidade – 1°C; estabilidade – 1°C. Agendar o serviço in loco com o setor assim que o produto for entregue. Marca/modelo de referência: estufa cultura microbiológica: Ethik (410-3D); Nova Instruments (modelo de 81L);		
02	11534	Espectrofotômetro, conforme especificações.  Espectrofotômetro digital e microprocessado com varredura de comprimentos de onda na faixa do ultravioleta e visível, para realização de análises em amostras de água bruta e tratada dos seguintes parâmetros: alumínio, ferro, manganês, ortofosfatos, fósforo total, nitratos, nitritos, amônia e clorofila-a. O equipamento deve possuir possibilidade de gestão dos dados e bloqueio de funções, através da inserção de nome e senha do usuário, capacidade de memória para armazenar no mínimo 500 leituras e possibilidade de inserção de 100 curvas do usuário e possuir curvas pré inseridas para análise de parâmetros de águas e efluente (no mínimo os parâmetros citados acima, com exceção da metodologia para clorofila-a). O equipamento deve ser fornecido com certificado de calibração, com selo RBC (Rede Brasileira de Calibração). As calibrações dos equipamentos deverão ser realizadas por laboratórios acreditados a RBC (acreditação junto ao INMETRO) ou com reconhecimento dos parâmetros junto à Rede Metrológica de acordo com a Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025 e orientações vigentes. Fonte de luz: Lâmpada de xenônio ou deutério e tungstênio. Detector: Fotodiodo de silício. Largura da banda espectral: 0,5 a 2 nm. Descrição do comprimento de onda: Faixa mínima: 190 a 1000 nm. Precisão admitida: entre $\pm 1$ nm. Repetibilidade máxima admitida: $\pm 0,3$ nm. Descrição fotométrica: Faixa: - 2 A + 3 A. Precisão: entre $\pm 0,008$ A. Interfaces: USB-A, USB-B e LAN ethernet, possibilidade de conexão com PC, sistema LIMS, impressora, teclado, leitor de códigos de barra. Transferência de dados com arquivo em .csv e/ou .pdf. Deve acompanhar o equipamento: - Fonte bivolt (100 - 240 V / 50 - 60 Hz / 0.75 A) com cabo. - Manual do usuário, CD com o manual e métodos. - Conjunto de cubetas e, no mínimo, 2 cubetas extras de cada tanho possível de usar no equipamento. - Conjunto de padrões com certificado rastreável para verificação do equipamento em pelo menos 2 pontos de absorbância na faixa do visível. - Instalação e treinamento. - Um kit para determinação de cada um dos seguintes parâmetros: alumínio, ferro, manganês, ortofosfatos, fósforo total, nitratos, nitritos, amônia. O kit deve ser fornecido na	01	un

		<p>menor faixa de uso existente para a marca e recomendado para determinação em água tratada.</p> <p>Calibração:</p> <p>Calibração acreditada RBC da escala de absorbância, na faixa de 400 a 900 nm, com, no mínimo, 5 pontos, sendo um destes pontos dentro da faixa de 800 a 900 nm e caminho óptico de 50 mm. Deverá ser realizado ajuste ou limpeza se o erro de medição em pelo menos um filtro for superior a  0,010  em absorbância. Calibração do comprimento de onda (<math>\lambda</math>), pelo menos nos pontos 445, 550, 525, 565; 690 e 820 nm. O certificado de calibração deverá conter os valores de indicação para cada ponto, bem como seus respectivos erros e incerteza expandida, juntamente com o fator de abrangência K.</p> <p>Marca/modelo de referência: Merck Prove 600</p>		
03	12001	<p>Banho Maria, conforme especificações técnicas.</p> <p>Banho Maria, com tampa de inox ou acrílica e suporte para proteção da resistência (se necessário), com dreno de água (preferencialmente). Com controlador eletrônico microprocessado de temperatura e sistema PID.</p> <p>O equipamento deve ser fornecido com certificado de calibração (qualificação térmica), com selo RBC (Rede Brasileira de Calibração). As calibrações dos equipamentos deverão ser realizadas por laboratórios acreditados a RBC (acreditação junto ao INMETRO) ou com reconhecimento dos parâmetros junto à Rede Metrológica de acordo com a Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025 e orientações vigentes.</p> <p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Faixa de trabalho mínima: temperatura ambiente + 7°C a 50°C</li> <li>- Resolução do controle de temperatura: +/- 0,2°C</li> <li>- Precisão máxima admitida: +/- 0,5°C</li> <li>- Capacidade volumétrica nominal: 8 a 12 litros</li> <li>- Capacidade volumétrica de trabalho da câmara: 1 a 4 litros.</li> <li>- área útil da câmara (LxC): mínimo de 800 cm<sup>2</sup></li> <li>- Tensão 220V ou bivolt</li> </ul> <p>Deve acompanhar o equipamento: manual de operação em português, cabos de energia necessários e certificado de calibração RBC.</p> <p>Calibração RBC: Deverão ser avaliadas estabilidade e uniformidade térmica, nos pontos 35,5°C e 44,5°C com a capacidade volumétrica de trabalho da câmara indicada.</p> <p>Agendar o serviço in loco com o setor assim que o produto for entregue.</p> <p>Marca/modelo de referência: Thermo (TSGP10); Ethik (500-1TD)</p>	01	un
04	10923	<p>Destilador de água, tipo pilsen; rendimento de 2L/h; caldeira em aço inox; cúpula em vidro resistente e inerte ou em material quimicamente e mecanicamente resistentes; 220 volts; sistema automático de proteção que desliga o aparelho quando faltar água. Ou sistema superior de produção de água.</p> <p>Especificação: Destilador de água tipo Pilsen ou sistema superior, para produção de água com pureza abaixo de 4 <math>\mu</math>S,</p>	01	un

		(considerando entrada até 300 $\mu$ S), com caldeira em aço inox, coletor de vapores e partes que tem contato com a água já destilada, confeccionados em aço inox 304 e materiais inertes, com sistema automático de proteção que desliga o aparelho quando o sensor embutido detecta falta de água, com chave para ligar e desligar manualmente o aquecimento. Deve possuir cabo de força com dupla isolamento. Capacidade de produção de 10L/h. Tensão: 220V. Deve acompanhar o equipamento: manual de operação em português e cabos de energia necessários. Marca/modelo de referência: Quimis (Q341-210); Deleo (DL-DA10) ou tecnologia superior		
05	12002	Estufa de secagem com renovação/circulação de ar, conforme especificações.  Estufa de secagem com renovação/circulação de ar, com estrutura externa em inox ou chapa de aço revestida com pintura epóxi eletrostática; câmara interna e almofada da porta, em aço inox 430 ou pintura resistente a corrosão. Porta com sistema de vedação Com no mínimo uma prateleira interna, móvel e removível em chapa de aço perfurada. Deve possuir controlador de temperatura eletrônico microprocessado – PID, chave liga/desliga, fusível de segurança e luz interna se disponível. Características: - Faixa de trabalho mínima: 40°C a 100°C - Resolução do controle de temperatura: +/- 0,5°C - Precisão admitida: +/- 2°C - Capacidade volumétrica da câmara: 70 a 85 litros. - Tensão 220V ou bivolt Deve acompanhar o equipamento: manual de operação em português, cabos de energia necessários. Marca/modelo de referência: Ethik (400-3TD 200°C); Quimis (Q317M-32); Deleo (Estufas para Secagem e Esterilização – INOX)	01	un
06	11997	Teste de jarros para sedimentação ou flotação, para no mínimo 3 provas, com controlador de rotação digital microprocessado, composto de sistema de saturação. Características: gabinete de chapa de aço carbono com tratamento anticorrosivo e acabamento com pintura eletrostática a pó; capacidade de no mínimo 3 provas simultaneamente; velocidade e de rotação de até no mínimo 600 rpm, Faixa mínima de gradientes de velocidade, 10 a 1200/s; Hastes em aço inox AISI 304; reguláveis para a altura desejada; Tensão de trabalho 220 V; recipientes para coleta de amostras com fundo plano, com capacidade volumétrica mínima de 50 mL cada; Jarros de acrílico incolor graduados com capacidade de 2000 ml com dispositivo para coletas de amostras; Dispositivo centralizador de jarros; Iluminação na parte inferior do equipamento embutida na base iluminando os jarros. Deve permitir a aplicação simultânea de no mínimo dois reagentes em cada jarro, com capacidade volumétrica de 50 mL para cada reagente, os quais deverão ser adicionados em	03	un

		<p>frascos separados; Coleta simultânea de amostras de água decantada para diferentes velocidades de sedimentação; Coleta simultânea de amostras sobrenadantes; Impressão em local de fácil consulta da curva dos gradientes de velocidade em função da rotação dos agitadores (preferencialmente impresso no próprio aparelho). Deve acompanhar o equipamento a câmara de saturação e todos os dispositivos para ensaio de flotação, além do manual de instruções em língua portuguesa.</p> <p>Deve acompanhar os seguintes acessórios sobressalentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 3 (três) unidades de jarros;</li> <li>- 10 (dez) tubos de vidro com fundo abaulado;</li> <li>- 10 (dez) tubos de vidro com fundo plano para recolhimento de amostras;</li> <li>- 3 (três) Coletores, conexões e mangueiras.</li> </ul> <p>Marca/modelo de referência: Ethik (218-3 LDB ou 218-6 LDB – incluir Instrumento de Flotação com Câmara de Saturação); Milan (JTFM-S600/3 ou JTFM-S600/6)</p>		
07	7961	<p>Balança determinadora de umidade ou analisador de umidade</p> <p>Balança determinadora de umidade com carga mínima de 45g. Sensibilidade de 0,001g e precisão no cálculo da umidade de 0,01%. Fonte de calor infra-vermelho gerada por resistência encapsulada em vidro ou halógena. Ajuste de temperatura até 180°C, com incremento de 1°C. Interface RS232. Display LCD. Com no mínimo dois programas de secagem, sendo um em que a amostra é secada até que não haja mais variação de peso e outro em que a amostra é secada utilizando-se até 3 períodos diferentes de temperatura / tempo. Faixa de umidade: 0-100%. Tensão de trabalho: 220 V. Deve acompanhar a balança uma impressora térmica com no mínimo 10 (dez) rolos de papel termosensível.</p> <p>Marca/modelo de referência:</p>	01	un

### 1.3. Da Marca/Modelo

1.3.1. Deverá ser informado, para cada item, a respectiva marca e o modelo, quando do envio da proposta comercial, conforme indicação do formulário padrão para preenchimento da proposta.

1.3.2. Não é admitido informar mais de uma marca e/ou modelo para o mesmo item.

### 1.4. Dos Catálogos

1.4.1. Os catálogos técnicos, prospectos ou folhetos deverão:

- I. ser, preferencialmente, coloridos;
- II. estar, preferencialmente, em língua portuguesa ou traduzidos para a língua portuguesa;
- III. conter a logomarca do fabricante, o corte esquemático ou a indicação de suas principais partes e a foto dos produtos;

IV. apresentar a descrição das características técnicas dos produtos, comprovando o atendimento das especificações técnicas.

1.4.2. Quando houver a indicação de marca e modelos de referência, por parte do SAMA E, a licitante não é obrigada a ofertar material ou equipamento igual; no entanto, a oferta deverá ser de material/equipamento que atenda às características exigidas tanto quanto os indicados.

1.4.3. Caso a licitante opte por ofertar material ou equipamento da mesma marca e modelo, **quando sugeridos pelo SAMA E como referência**, em cada item, ficará dispensada da apresentação catálogos técnicos ou prospectos desses itens.

1.4.4. Se, na data da abertura da licitação, o fabricante da marca sugerida pelo SAMA E tiver alterado o código/referência e/ou linha do modelo informado, divergindo do mencionado, ou se o modelo tiver sido retirado de linha, será igualmente aceito, desde que sejam apresentados catálogos técnicos ou prospectos, conforme subitem anterior, do modelo que o substituiu, onde se possa comprovar que as características técnicas sejam iguais ou superiores às exigidas na especificação técnica do item.

#### 1.5. Garantia e Assistência Técnica

1.5.1. A garantia dos itens deverá ser de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de recebimento definitivo.

1.5.2. A garantia do objeto deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o uso.

1.5.3. Durante o período de garantia, o SAMA E não efetuará nenhum tipo de pagamento à licitante vencedora a título de deslocamento de pessoal, equipamentos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, peças, fretes de peças, mão de obra e outros.

1.5.4. A garantia não abrange as substituições de peças ou componentes danificados por dolo, imperícia ou mau uso do objeto por parte do SAMA E.

1.5.5. A licitante vencedora garantirá que o funcionamento do objeto é o descrito na sua proposta e catálogo e/ou prospecto técnico, por ela fornecidos.

1.5.6. A licitante vencedora deverá fornecer, durante o período de garantia, o suporte técnico necessário ao perfeito uso do objeto.

1.5.7. A licitante vencedora deverá indicar os locais autorizados à prestação de assistência técnica, preferencialmente no Estado do Rio Grande do Sul.

1.5.8. A assistência técnica deverá enviar relatório do conserto quando realizado.



## 2. DAS JUSTIFICATIVAS

### 2.1. Objetivo da Contratação

A aquisição da estufa para cultura microbiológica é necessária para que sejam incubadas em ambiente controlado as amostras destinadas ao monitoramento do padrão microbiológico previsto na legislação. O setor já conta com equipamento para essa finalidade, porém é necessário adquirir mais um para que seja utilizado em caso de eventual conserto ou manutenção do equipamento já existente.

O equipamento espectrofotômetro é necessário para a realização de ensaios analíticos de metais e nutrientes em amostras de água bruta e tratada. Além disso, este equipamento pode ser utilizado para testes de novos produtos, testes de validação de métodos, entre outros. Item para reposição de equipamento antigo sem conserto.

O equipamento banho maria será utilizado para aquecimento de amostras de ensaios microbiológicos, em atendimento à metodologia analítica utilizada.

Destilador e estufa de secagem serão adquiridos para reposição dos equipamentos hoje existentes, que devido ao longo tempo de uso, encontram-se em avançado estado de deterioração. Caso ocorram avarias, não dispomos de equipamentos reserva.

Os testes de jarros para flotação e a balança de umidade serão utilizados nas Estação de Tratamento de Água para controle operacional do processo de tratamento de água.

#### 2.1.1. Dos Quantitativos Requisitados

Os quantitativos foram elaborados com base na necessidade imediata do laboratório da Seção de Controle de Qualidade para adequação à ISO 17025:2017 e com base nos estoques disponíveis para reposição de equipamentos nos demais laboratórios da GTA.

## 3. DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1. O local da entrega dos materiais será na Seção de Almoxarifado do SAMAE, situada na Rua Jacinto Madalosso, nº. 211, Bairro Pio X, Caxias do Sul – RS, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda-feira a sexta-feira. Caso a licitante vencedora queira agendar a entrega, deverá em contato pelos e-mails [mtodero@samaecaxias.com.br](mailto:mtodero@samaecaxias.com.br) e [rzortea@samaecaxias.com.br](mailto:rzortea@samaecaxias.com.br) ou telefone (54) 32208600, com Gerência de Suprimentos.

3.1.1. Além da entrega dos materiais/equipamentos no local designado pelo SAMAE, a licitante vencedora deverá, também, descarregar e armazenar os materiais/equipamentos no local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda, pelos eventuais danos causados, não podendo ser cobrado qualquer valor adicional a esse título.

3.1.2. Será avaliado o acondicionamento do objeto, no momento da entrega. Dessa forma, embalagens violadas, itens manchados, sujos, enferrujados, danificados ou com aparência duvidosa, não serão aceitos.

3.2. O objeto do presente Termo de Referência poderá ser recebido em várias remessas pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMA E.

3.2.1. No momento da entrega, não será aceito material/equipamento de marca/modelo diferente do constante da proposta vencedora/Nota de Empenho/Contrato, exceto quando houver fato superveniente, desde que atendidas as seguintes condições:

- I. o pedido de substituição de marca/modelo deverá ser protocolado no SAMA E, antes de findo o prazo de entrega, acompanhado de comprovação da impossibilidade de entregar a marca/modelo previamente informada, bem como a indicação da nova marca/modelo;
- II. a nova marca/modelo deverá ser de qualidade igual ou superior à informada inicialmente e atender a todas as exigências deste Instrumento;
- III. o preço ofertado não será alterado, caso seja aceita a alteração de marca/modelo.

3.3. O prazo máximo de entrega será de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho correspondente.

3.3.1. A licitante vencedora deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais às aquelas constantes da Nota de Empenho.

3.4. Toda e qualquer entrega fora do estabelecido neste Termo de Referência será, imediatamente, notificada à licitante vencedora que ficará obrigada a substituir o item no prazo estipulado pela Autarquia, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal substituição, sujeitando-se, também, às sanções previstas neste Termo de Referência.

3.4.1. A licitante vencedora ficará obrigada a substituir o objeto recusado pelo SAMA E, observando que o mero recebimento não caracteriza sua aceitação.

3.5. O objeto deverá estar segregado por item e entregue, quando aplicável, em sua embalagem original, rotulada pelo fabricante, contendo, no mínimo, a identificação do objeto, a marca, o código de barras impresso na embalagem e a capacidade de empilhamento.

3.6.. O local para realização da calibração RBC (qualificações térmicas) in loco será na Seção de Controle de Qualidade do SAMA E, situada na Rua Nestor Moreira, nº 719, bairro Nossa Senhora de Loures, Caxias do Sul – RS, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, de segunda-feira a sexta-feira.

#### 4. DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É permitida apenas a subcontratação dos serviços de calibração RBC, rastreável à RBC ou qualificação térmica dos equipamentos.

## 5. DO RECEBIMENTO

5.1. Os bens serão recebidos:

- III. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Instrumento e na proposta comercial;
- IV. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes neste Instrumento e na proposta comercial, e sua consequente aceitação, que dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório.

5.2. A área responsável pelo recebimento ou pela solicitação do material/equipamento formalizará o seu recebimento definitivo na própria nota fiscal, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data da entrega do objeto.

5.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega do objeto em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

5.4. A licitante vencedora se obriga a efetuar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, a substituição de material rejeitado, se esse apresentar defeito de fabricação ou divergências relativas às especificações constantes neste Instrumento, independentemente da quantidade rejeitada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário.

6.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Instrumento e da proposta comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

6.3. Comunicar à licitante vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

6.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da licitante vencedora, através de servidor especialmente designado.

6.5. Efetuar o pagamento no valor correspondente à aquisição do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

6.6. O SAMAE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela licitante vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da licitante vencedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA**

7.1. A licitante vencedora cumprirá todas as obrigações constantes neste instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- I. proceder à entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e local fixados, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência, validade e prazo de garantia, no que couber, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- II. entregar, quando for o caso, juntamente com os itens, manual do usuário, com uma versão em português, e relação da rede de assistência técnica autorizada;
- III. prestar informações e/ou treinamento sobre a utilização do objeto;
- IV. responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
- V. considerar os preços propostos completos e suficientes para a aquisição do objeto desta contratação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de sua parte;
- VI. arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado, incluindo encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, garantia descargada, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes da aquisição, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os itens, objeto desta contratação; entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência;
- VII. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e alterações;
- VIII. substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o produto com avarias ou defeitos; em não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer impugnação feita pelo SAMAE;
- IX. atender prontamente a quaisquer exigências do SAMAE, inerentes ao objeto da presente contratação;

- X. manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- XI. informar ao SAMA E, durante o período da contratação, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.
- XII. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- XIII. indenizar terceiros e ao SAMA E os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação, em conformidade com o artigo 70 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.
- XIV. Agendar com o setor responsável, quando for o caso, o serviço de calibração solicitado no Termo de Referência.
- XV. Agendar com o setor responsável, quando solicitado pelo setor, a entrega técnica (treinamento) dos equipamentos.

#### **8. DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS**

Apresentar documento que comprove a competência técnica da empresa subcontratada para a realização da calibração RBC, rastreável RBC ou qualificação térmica, quando for o caso.

#### **9. FISCALIZAÇÃO**

A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMA E, na pessoa dos servidores Eliara de Almeida Silva Aver, que serão responsáveis por comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção, e a gestão do contrato competirá ao servidor Adriano Bolesina, Superintendente dos Serviços de Abastecimento de Água.

Caxias do Sul, 20 de abril de 2022.

Eng. Tiago Antonio Marcon  
Gerente de Tratamento de Água

Eng. Cassiano Zeni Vargas  
Diretor técnico da Superintendência de  
Serviços de Abastecimento de Água

Eng. Adriano Bolesina  
Superintendente de Serviços de Abastecimento de Água